

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	86
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	94
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	288.895
Preferenciais	87.964
Total	376.859
Em Tesouraria	
Ordinárias	810
Preferenciais	5
Total	815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	4.078.660	4.065.514
1.01	Ativo Circulante	1.084.787	1.065.960
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.424	22.302
1.01.02	Aplicações Financeiras	177.333	58.237
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	177.333	58.237
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	177.333	58.237
1.01.03	Contas a Receber	607.694	611.322
1.01.03.01	Clientes	607.694	611.322
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	591.897	598.246
1.01.03.01.02	Contas Receber - Acordos	15.797	13.076
1.01.04	Estoques	13.504	14.306
1.01.04.01	Almoxarifado	13.504	14.306
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.449	15.345
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.449	15.345
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	8.381	5.039
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	11.068	10.306
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.973	8.997
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	237.410	335.451
1.01.08.03	Outros	237.410	335.451
1.01.08.03.02	Ativo Financeiro Setorial	164.184	260.720
1.01.08.03.03	Outros créditos	73.226	74.731
1.02	Ativo Não Circulante	2.993.873	2.999.554
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.479.394	1.486.581
1.02.01.03	Contas a Receber	125.420	128.731
1.02.01.03.01	Clientes	91.262	93.398
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	34.158	35.333
1.02.01.06	Tributos Diferidos	423.015	411.037
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	423.015	411.037
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	930.959	946.813
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	38.570	38.089
1.02.01.09.04	Outros Tributos Compensáveis	15.909	14.912
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessão	876.480	824.738
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro Setorial Líquido	0	69.074
1.02.02	Investimentos	21.049	21.041
1.02.03	Imobilizado	20.604	16.149
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	20.604	16.149
1.02.04	Intangível	1.472.826	1.475.783
1.02.04.01	Intangíveis	1.472.826	1.475.783
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.472.826	1.475.783

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	4.078.660	4.065.514
2.01	Passivo Circulante	1.196.303	2.545.439
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.946	30.511
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	31.946	30.511
2.01.02	Fornecedores	484.505	574.774
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	484.505	574.774
2.01.03	Obrigações Fiscais	83.965	86.099
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43.806	34.092
2.01.03.01.02	Outros Tributos a pagar	43.806	34.092
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	39.723	51.719
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	436	288
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	162.782	1.354.048
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	19.146	71.264
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	19.146	71.264
2.01.04.02	Debêntures	136.972	1.277.833
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	6.664	4.951
2.01.05	Outras Obrigações	413.399	477.088
2.01.05.02	Outros	413.399	477.088
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	215.019	215.019
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	1.724	1.875
2.01.05.02.05	Encargos Setoriais	87.686	130.419
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	108.970	129.775
2.01.06	Provisões	19.706	22.919
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.706	22.919
2.01.06.01.05	Provisões para processos judiciais e outros	19.706	22.919
2.02	Passivo Não Circulante	1.675.448	585.313
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.038.835	47.570
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	34.215	36.476
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	34.215	36.476
2.02.01.02	Debêntures	990.640	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	13.980	11.094
2.02.02	Outras Obrigações	611.153	514.275
2.02.02.02	Outros	611.153	514.275
2.02.02.02.03	Outros Tributos a Pagar	30.967	32.221
2.02.02.02.04	Subvenções Governamentais	4.256	4.646
2.02.02.02.05	Dividendos a Pagar	412.848	412.848
2.02.02.02.06	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	31.657	29.504
2.02.02.02.07	Encargos Setoriais	29.779	26.556
2.02.02.02.08	Passivo Financeiro Setorial Líquido	101.068	0
2.02.02.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	160	142
2.02.02.02.10	Outras obrigações	418	8.358
2.02.04	Provisões	25.460	23.468
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.460	23.468
2.02.04.01.05	Provisões para processos judiciais e outros	25.460	23.468
2.03	Patrimônio Líquido	1.206.909	934.762
2.03.01	Capital Social Realizado	758.690	463.235

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.02	Reservas de Capital	-2.276	-2.295
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.089	1.089
2.03.02.04	Opções Outorgadas	2.216	2.197
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.056	-8.056
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos	2.475	2.475
2.03.04	Reservas de Lucros	497.772	497.772
2.03.04.01	Reserva Legal	59.302	59.302
2.03.04.02	Reserva Estatutária	201.138	201.138
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	64.536	64.536
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	172.796	172.796
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-21.561	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-25.716	-23.950

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	698.016	926.905
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-695.865	-905.348
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-381.862	-633.591
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	-16.284	-12.138
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-83.153	-62.253
3.02.04	Pessoal e Administradores	-41.615	-37.890
3.02.05	Entidade de Previdência Privada	-1.043	-1.223
3.02.06	Serviços de Terceiros	-30.694	-42.825
3.02.07	Material	-5.356	-3.310
3.02.08	Custo de Construção	-67.788	-59.492
3.02.09	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-14.038	-5.977
3.02.10	Provisão/Reversão para processos judiciais e outros	-4.253	-5.155
3.02.11	Depreciação e Amortização	-34.512	-31.838
3.02.12	Outros Custos	-15.267	-9.656
3.03	Resultado Bruto	2.151	21.557
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.151	21.557
3.06	Resultado Financeiro	-34.781	-34.942
3.06.01	Receitas Financeiras	37.965	24.244
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.746	-59.186
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-73.679	-48.599
3.06.02.02	Variações Cambiais	933	-10.587
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-32.630	-13.385
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	11.069	3.774
3.08.02	Diferido	11.069	3.774
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-21.561	-9.611
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-21.561	-9.611
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-71,50837	-34,51198
3.99.01.02	PN	-71,50837	-34,51198
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-71,50837	-34,51198
3.99.02.02	PN	-71,50837	-34,51198

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-21.561	-9.611
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.766	0
4.02.01	Ajuste de Avaliação Atuarial	-2.675	0
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	909	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-23.327	-9.611

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	64.751	-89.367
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	60.689	33.852
6.01.01.01	Prejuízo Líquido do Período	-21.561	-9.611
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	34.512	31.838
6.01.01.03	Variação Monetárias e Cambiais	-4.488	-605
6.01.01.04	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	-22.799	-12.882
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14.038	5.979
6.01.01.06	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros	5.526	5.203
6.01.01.07	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	63.700	13.970
6.01.01.08	Fundo de pensão/Deliberação CVM 695	1.104	1.071
6.01.01.09	Receita de Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-3.181	-3.103
6.01.01.10	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível de Concessão e Imobilizado	4.888	5.751
6.01.01.11	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-11.069	-3.774
6.01.01.12	Ações e Opções de Ações Outorgadas	19	15
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	105.775	-7.872
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-5.553	-115.166
6.01.02.02	Contas a Receber - Acordos	-1.546	5.047
6.01.02.03	Almoxarifado	802	-1.050
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-2.168	-1.319
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	246	1.218
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	24	-648
6.01.02.07	Outros Créditos	1.505	-28.115
6.01.02.08	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.453	3.884
6.01.02.09	Fornecedores	-90.269	165.808
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	-260
6.01.02.11	Outros Tributos a Pagar	-3.523	2.427
6.01.02.12	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	3.039	4.369
6.01.02.14	Encargos Setoriais	-40.878	90.252
6.01.02.16	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-5.333	-5.214
6.01.02.17	Outras Obrigações	-17.077	27.223
6.01.02.18	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-1.625	-1.792
6.01.02.19	Ativo financeiro setorial, líquido	266.678	-154.536
6.01.03	Outros	-101.713	-115.347
6.01.03.01	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-98.374	-86.537
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-3.339	-28.810
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-184.041	-65.189
6.02.01	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-74.745	-62.418
6.02.02	Consumidores - Participação Financeira	10.173	12.613
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-1.154.312	-520.678
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.035.521	508.168
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-678	-2.874
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	117.412	108.825
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	0	550.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.03.02	Aumento de capital	295.455	0
6.03.03	Pagamento de Empréstimos - Principal	-149.438	-440.794
6.03.04	Custo de Empréstimos	-27.576	-265
6.03.05	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-1.029	-116
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.878	-45.731
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.302	58.641
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.424	12.910

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	463.235	-2.295	497.772	0	-23.950	934.762
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	463.235	-2.295	497.772	0	-23.950	934.762
5.04	Transações de Capital com os Sócios	295.455	19	0	0	0	295.474
5.04.01	Aumentos de Capital	295.455	0	0	0	0	295.455
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	19	0	0	0	19
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-21.561	-1.766	-23.327
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-21.561	0	-21.561
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.766	-1.766
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação atuarial	0	0	0	0	-2.675	-2.675
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	0	909	909
5.07	Saldos Finais	758.690	-2.276	497.772	-21.561	-25.716	1.206.909

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	433.236	-2.470	627.248	0	-22.111	1.035.903
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	433.236	-2.470	627.248	0	-22.111	1.035.903
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	15	0	0	0	15
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	15	0	0	0	15
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.611	0	-9.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.611	0	-9.611
5.07	Saldos Finais	433.236	-2.455	627.248	-9.611	-22.111	1.026.307

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	1.350.325	1.360.212
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.206.008	1.240.127
7.01.02	Outras Receitas	90.567	66.570
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	67.788	59.492
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14.038	-5.977
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-634.036	-891.716
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-528.610	-779.912
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-86.766	-95.003
7.02.04	Outros	-18.660	-16.801
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-18.660	-16.801
7.03	Valor Adicionado Bruto	716.289	468.496
7.04	Retenções	-34.512	-31.838
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.512	-31.838
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	681.777	436.658
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.957	24.244
7.06.02	Receitas Financeiras	37.957	24.244
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	719.734	460.902
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	719.734	460.902
7.08.01	Pessoal	48.247	41.945
7.08.01.01	Remuneração Direta	44.902	38.032
7.08.01.02	Benefícios	1.043	1.223
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.302	2.690
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	615.806	368.894
7.08.02.01	Federais	286.629	164.224
7.08.02.02	Estaduais	328.929	204.478
7.08.02.03	Municipais	248	192
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.242	59.674
7.08.03.01	Juros	72.738	59.186
7.08.03.02	Aluguéis	4.504	488
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-21.561	-9.611
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-21.561	-9.611

1 Perfil

A AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, autorizada a operar como concessionária do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 118 municípios entre a região metropolitana de Porto Alegre até a fronteira com o Uruguai e a Argentina, respectivamente nos municípios de Santana do Livramento, Uruguaiana e São Borja, no extremo oeste do Estado do Rio Grande do Sul, conforme demonstrado no mapa abaixo, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.



Em 31 de março de 2016, a Companhia atendia aproximadamente a 1,3 milhões de unidades consumidoras e faturou 2.206 GWh com o fornecimento de energia elétrica para o mercado cativo (ou 2.533 GWh para o mercado total).

Ao longo dos últimos anos, a Companhia aumentou o seu saldo de dívida para fazer frente ao aumento do custo de energia gerado pela situação hidrológica. Embora o aumento de custo de energia seja repassado para a tarifa, caso ocorram em momentos distintos, há a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro. Mesmo com a Revisão Tarifária Extraordinária e a criação da conta centralizadora de bandeiras em 2015, ambos os mecanismos não foram suficientes para cobrir o aumento dos custos, fazendo com que houvesse um aumento significativo do ativo regulatório líquido.

A partir do 2º trimestre de 2015, a crise econômica e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado que impactou de maneira relevante o EBITDA da Companhia.

Após a quebra por dois trimestres consecutivos em 30 de setembro de 2015, dos indicadores financeiros (“Covenants”), a Companhia concluiu em março de 2016, a reestruturação do seu perfil da dívida.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 12/1997 foi assinado em 06 de novembro de 1997 e tem prazo de duração de 30 anos.

2 Desempenho econômico-financeiro

<i>Em milhares de Reais</i>	1T16	1T15	Variação R\$	Variação %
Fornecimento de energia elétrica	1.365.010	983.809	381.201	38,7%
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	30.060	13.752	16.308	118,6%
Ativo financeiro setorial, líquido	(196.618)	203.871	(400.489)	-196,4%
Outras receitas operacionais	165.911	164.757	1.154	0,7%
Receita operacional bruta	1.364.363	1.366.189	(1.826)	-0,1%
Deduções da receita operacional bruta	(666.347)	(439.284)	(227.063)	51,7%
Receita operacional líquida	698.016	926.905	(228.889)	-24,7%
Custos com energia elétrica (Parcela A)	(481.299)	(707.982)	226.683	-32,0%
Custos de operação (Parcela B)	(214.566)	(197.366)	(17.200)	8,7%
Custos operacionais	(695.865)	(905.348)	209.483	-23,1%
Resultado do serviço	2.151	21.557	(19.406)	-90,0%
Resultado financeiro	(34.781)	(34.942)	161	-0,5%
Imposto de renda e contribuição social	11.069	3.774	7.295	193,3%
Prejuízo líquido do período	(21.561)	(9.611)	(11.950)	124,3%

No trimestre findo em 31 de março de 2016 a Companhia auferiu um prejuízo líquido no montante de R\$ 21.561 ante um prejuízo líquido de R\$ 9.611 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram o aumento do prejuízo em R\$ 11.950 no resultado da Companhia.

2.1 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia é constituída substancialmente do fornecimento e distribuição de energia elétrica e de suas respectivas deduções, acumulando nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015 os montantes de R\$ 698.016 e R\$ 926.905, respectivamente.

	Receita operacional (R\$ mil)			Consumo (em GWh)		
	1T16	1T15	Var. %	1T16	1T15	Var. %
Fornecimento de energia elétrica	1.365.010	983.809	38,7%	2.207	2.331	-5,3%
<i>Residencial</i>	581.690	409.771	42,0%	760	780	-2,5%
<i>Industrial</i>	246.065	187.528	31,2%	405	451	-10,1%
<i>Comercial</i>	269.122	189.140	42,3%	358	375	-4,4%
<i>Rural</i>	150.042	113.503	32,2%	521	563	-7,4%
<i>Outras classes</i>	118.091	83.867	40,8%	162	163	-0,7%
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	30.060	13.752	118,6%	234	254	-7,6%
Receita de construção	67.788	59.492	13,9%	-	-	0,0%
Não faturado	(11.191)	54.962	-120,4%	-	-	0,0%
Energia no curto prazo	563	-	N/A	72	-	N/A
Subvenções de recursos da CDE	84.313	59.750	41,1%	-	-	0,0%
Ativo financeiro setorial, líquido	(196.618)	203.871	-196,4%	-	-	0,0%
Atualização do ativo financeiro	22.799	12.882	77,0%	-	-	0,0%
Outras receitas	1.639	(22.329)	-107,3%	234	254	-7,6%
Receita operacional bruta	1.364.363	1.366.189	-0,1%	2.748	2.838	-3,2%
Deduções da receita operacional bruta:						
<i>Encargos setoriais</i>	(666.347)	(439.284)	51,7%			
<i>Encargos tributários</i>	(206.829)	(142.278)	45,4%			
<i>Encargos tributários</i>	(459.518)	(297.006)	54,7%			
Receita operacional líquida	698.016	926.905	-24,7%			

A redução de 24,7 % da receita operacional líquida é explicada principalmente por:

- Redução de R\$ 400.489 no ativo financeiro setorial líquido, em decorrência, principalmente, dos passivos financeiros setoriais constituídos (diferidos) na compra de energia elétrica no 1T16 pela redução no custo médio de compra e nos encargos setoriais (cota CDE) frente à cobertura tarifária;
- Aumento de R\$ 51,7% nas deduções da receita bruta, atribuído principalmente (i) aos encargos tributários (ICMS, COFINS, PIS) que aumentaram R\$ 162.512, sendo proporcionais à maior receita de fornecimento auferida no período, em adição ao aumento na alíquota de ICMS no ano de 2016; (ii) pelos encargos setoriais, que aumentaram R\$ 64.551, devido principalmente pelas maiores despesas com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), resultante das novas quotas vigentes em cada período, homologadas pela ANEEL, parcialmente compensado pela redução no repasse da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT.
- Aumento de 38,7% da receita com fornecimento de energia elétrica, ocasionado principalmente: (i) pelo efeito positivo de 52,45% pelo reajuste tarifário ocorrido em 19 de abril de 2015 e pela revisão tarifária extraordinária de 2 de março de 2015, gerando aumento no faturamento em todas as classes de clientes cativos; (ii) pelo maior número de unidades consumidoras, parcialmente compensado pela redução de 5,3% no volume de energia vendida.
- Aumento de 13,9%, ou R\$ 8.296 na receita de construção, indicando um maior nível de investimentos da Companhia entre os períodos comparados (impacto na margem é igual a zero);
- Atualização do valor justo do ativo financeiro da concessão, superior em 77% em relação ao 1T15. Para o 1T15 a Companhia utilizava o IGP-M como índice de correção, e para o 1T16 o índice de atualização passou a ser IPCA;

2.2 Custos operacionais

Os custos operacionais são divididos em duas categorias: (i) Parcela A, que engloba todas as despesas não gerenciáveis e relacionadas à compra e transmissão de energia; e (ii) Parcela B, que corresponde aos custos gerenciáveis da Companhia.

No trimestre findo em 31 de março de 2016, os custos operacionais apresentaram uma redução de 23,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme segue:

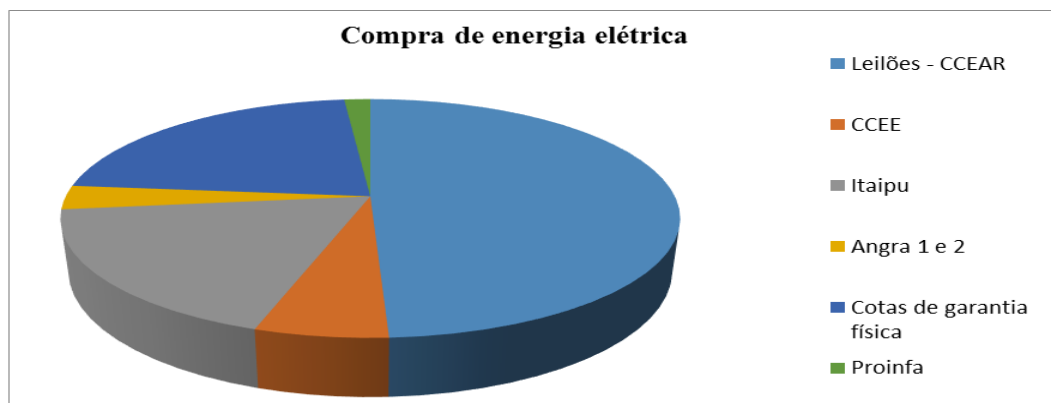
<i>Em milhares de Reais</i>	1T16	1T15	Varição R\$	Varição %
Energia elétrica comprada para revenda/Proinfa	(398.146)	(645.729)	247.583	-38,3%
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(83.153)	(62.253)	(20.900)	33,6%
Custo com energia elétrica (Parcela A)	(481.299)	(707.982)	226.683	-32,0%
Pessoal e administradores	(41.615)	(37.890)	(3.725)	9,8%
Entidade de previdência privada	(1.043)	(1.223)	180	-14,7%
Material e serviços de terceiros	(36.050)	(46.135)	10.085	-21,9%
Custo de construção	(67.788)	(59.492)	(8.296)	13,9%
Depreciação e amortização	(34.512)	(31.838)	(2.674)	8,4%
Outros custos	(33.558)	(20.788)	(12.770)	61,4%
Custo de operação (Parcela B)	(214.566)	(197.366)	(17.200)	8,7%
Total dos custos operacionais	(695.865)	(905.348)	209.483	-23,1%

2.2.1 Custos com energia elétrica (Parcela A)

Os custos com energia elétrica (Parcela A) são compostos principalmente pelas contas de Energia elétrica comprada para revenda/Proinfa e Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição.

Energia elétrica comprada para revenda/Proinfa:

Em 31 de março de 2016, a origem do volume comprado de energia elétrica pela Companhia era a seguinte:



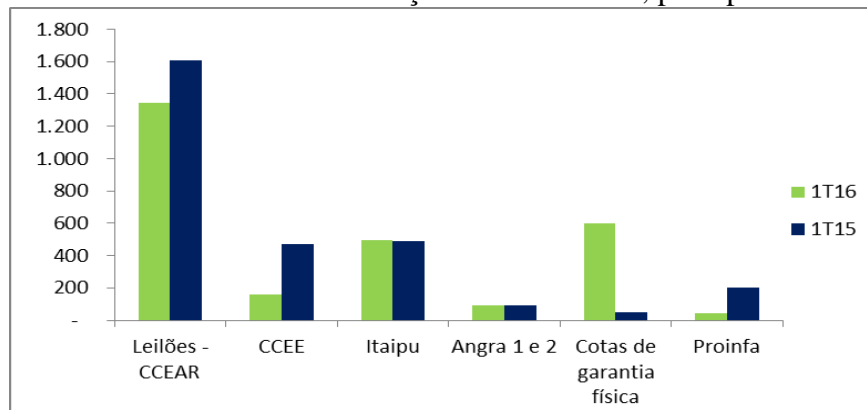
A energia elétrica comprada para revenda apresentou uma redução de R\$ 247.583 ou 38,3%, totalizando R\$ 398.146 no 1T16 e R\$ 645.729 no 1T15. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:

- CCEE: redução de R\$ 167.668, devido à menor exposição ao mercado de curto prazo, ocasionado pela retração no volume de venda de energia e pela redução no preço de liquidação das operações no mercado de curto prazo;
- CCEAR's: Redução de R\$ 127.651, devido principalmente ao menor volume de compra de energia em leilões em 263.742 MWh e redução no preço médio em 18,6%.
- Itaipu: Redução de R\$ 22.759, em função da redução do preço médio em 19,4%, parcialmente compensado pelo aumento de 1,0% no volume de energia comprada;

Os fatores acima foram parcialmente compensados pelo:

- Cotas de garantia física: aumento de 550.138 MWh no volume contratado e de 74% no preço médio em 2016, resultando num incremento de custo de R\$ 28.617 no 1T16;

O gráfico abaixo mostra a evolução do volume comprado de energia (em GWh) entre trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, por tipo de contrato:



Encargo do uso do sistema de transmissão e distribuição:

A composição dos encargos é a seguinte:

	1T16	1T15	Var. R\$	Var. %
CEEE conexão	(6.051)	(4.727)	(1.324)	28,0%
Eletrólus conexão	(752)	(514)	(238)	46,3%
Itaipu transporte	(2.463)	(1.949)	(514)	26,4%
Rede básica	(38.259)	(43.849)	5.590	-12,7%
Encargos uso rede elétrica - ESS	(31.035)	(24.073)	(6.962)	28,9%
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	-	2.485	(2.485)	-100,0%
(-) Recursos financeiros da Conta Energia de Reserva - CONER	-	4.785	(4.785)	-100,0%
Tarifas de transmissão - CUSD RGE	(1.360)	(757)	(603)	79,7%
Encargo de energia de reserva - EER	(11.707)	-	(11.707)	N/A
(-) Créditos PIS/Cofins	8.474	6.346	2.128	33,5%
Total de encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(83.153)	(62.253)	(20.900)	33,6%

O aumento de R\$ 20.900 ou 33,6% se deve basicamente aos maiores custos dos encargos de Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Energia de Reserva.

2.2.2 Custos de operação (Parcela B)

A “Parcela B”, correspondente aos custos gerenciáveis da Companhia, totalizou R\$ 214.506 no 1T16, montante superior em 8,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. As variações nas seguintes contas explicam esse desempenho:

Custo de construção: aumento de 13,9% ou R\$ 8.296 devido ao maior nível de investimentos em infraestrutura da concessão (impacto na margem é igual a zero);

Pessoal e administradores: aumento de R\$ 3.735 ou 9,8% em virtude principalmente de: (i) acordo coletivo de 7,20% em novembro de 2015; (ii) contratação de colaboradores, principalmente para as equipes de manutenção da rede de distribuição; parcialmente compensados pela (iii) redução nos custos com plano de participação nos lucros.

Material e serviços de terceiros: redução de R\$ 10.085 ou 21,9%, principalmente devido ao menor volume de serviços de manutenção da rede de distribuição contratados, em função da primarização das equipes.

Outros custos: aumento líquido de R\$ 12.770, principalmente pelo (i) impacto negativo de R\$ 8.061 na provisão para créditos de liquidação duvidosa em função do aumento no prazo médio de recebimento das faturas de energia e no atraso no recebimento das parcelas do contrato de compartilhamento de infra-estrutura; (ii) aumento de R\$ 4.011 nas compensações pelo não atendimento aos indicadores de continuidade (DIC/FIC/DMIC/DICRI); (iii) aumento de R\$ 4.016 na despesa de arrendamentos e aluguéis de veículos e imóveis em função da primarização das equipes de manutenção da rede de distribuição, parcialmente compensadas pela redução na despesa com provisões para contingências cíveis e trabalhistas, depreciação e baixa de ativos.

2.3 Resultado financeiro

	1T16	1T15	Var. R\$	Var. %
Receitas financeiras	37.957	24.244	13.713	56,6%
Despesas financeiras	(73.671)	(48.599)	(25.072)	51,6%
Variações cambiais, líquidas	933	(10.587)	11.520	-108,8%
Resultado financeiro	(34.781)	(34.942)	161	-0,5%

No 1T16 o resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 34.781, ante uma despesa líquida de R\$ 34.942 registrada no mesmo período de 2015, devido principalmente, aos seguintes fatores:

- Aumento na receita de atualização monetária dos ativos financeiros setoriais no montante de R\$ 11.310;
- Aumento na receita de multas, atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso no montante de R\$ 5.295;
- Aumento na despesa de encargos de dívida em R\$ 16.355 devido à maior taxa de juros entre os trimestres comparados. No 1T16 a taxa média do CDI foi de 14,13%, enquanto que para o mesmo trimestre do ano anterior foi de 12,13%.

2.4 Impostos de renda e contribuição social

Aumento de R\$ 7.295 na receita do imposto de renda e contribuição social diferidos, ocasionada pelo aumento no prejuízo contábil e fiscal no 1T16.

1. Informações gerais

A AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A Companhia está autorizada a operar como concessionária do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e tem como objetivo realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica para 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Dona Laura, 320 – 6º e 10º andar, Bairro Rio Branco, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 23, faturou com fornecimento de energia 2.207 GWh e 2.331 GWh nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015, respectivamente, atendendo a aproximadamente 1,3 milhão de unidades consumidoras nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 12/1997 foi assinado em 06 de novembro de 1997 e tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia deve passar por processos de Revisão Tarifária a cada 5 anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em abril de 2013. Os impactos do Reajuste Tarifário de 2015 estão demonstrados na nota explicativa nº 31.4 (b.4.i).

Ao longo dos últimos anos, a Companhia aumentou o seu saldo de dívida para fazer frente ao aumento do custo de energia gerado pela situação hidrológica. Embora o aumento de custo de energia seja repassado para a tarifa, caso ocorram em momentos distintos, há a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro. Mesmo com a Revisão Tarifária Extraordinária e a criação da conta centralizadora de bandeiras em 2015, ambos os mecanismos não foram suficientes para reverter o seu capital circulante negativo e cobrir o aumento dos custos, fazendo com que houvesse um aumento significativo do ativo regulatório líquido.

A partir do 2º trimestre de 2015, a crise econômica e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado que impactou de maneira relevante o EBITDA^(*) da Companhia e o seu capital de giro. Além disso, no ano de 2015 o regulador (ANEEL) incluiu a Companhia no plano de melhoria nos serviços “Plano ANEEL” onde a Companhia vem fazendo frente a custos não programados anteriormente, pressionando ainda mais o fluxo de caixa. Outro fator inesperado que gerou pressão de fluxo de caixa foram os fortes temporais ocorridos na região de concessão da Companhia, demandando muitas equipes emergenciais que tem um custo de aproximadamente três vezes maior do que de uma equipe programada.

Notas Explicativas

Apesar de todos os esforços da Administração na gestão do caixa da Companhia, a redução do EBITDA acumulado nos últimos doze meses de 2015, bem como um maior nível de endividamento e menor geração de caixa operacional, resultaram, na quebra dos seus indicadores financeiros por dois trimestres consecutivos em 30 de setembro de 2015, tendo as dívidas reclassificadas do passivo não circulante para o passivo circulante.

A Companhia como parte de suas tratativas para fortalecimento de estrutura de capital, obteve um aumento de capital no valor de R\$ 29.999, por meio de sua controladora AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., o qual foi realizado em 04 de novembro de 2015– vide nota explicativa nº 21.1. Adicionalmente à capitalização por parte da controladora, a Companhia negociou a obtenção de anuência temporária de seus credores pelo descumprimento dos indicadores financeiros.

Nos dias 16 e 18 de dezembro de 2015, foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas de 2ª e 3ª emissão, concedendo renúncia ao direito de declaração de vencimento antecipado das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito das debêntures em razão do descumprimento pelo segundo trimestre consecutivo (encerrado em 30 de setembro de 2015), dos índices financeiros. Desta forma, o direito dos credores declararem antecipadamente vencidas as 2ª e 3ª debêntures foram, postergados para 16 e 18 de fevereiro de 2016 respectivamente. Pela concessão da referida renúncia, a Companhia efetuou pagamento aos debenturistas de R\$6.200 em 15 de janeiro de 2016.

A Companhia publicou nos dias 05, 10 e 11 de fevereiro de 2016 nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e do Comércio do Rio Grande do Sul as convocações para realização de Assembleias Gerais de Debenturistas em 22 de fevereiro de 2016 para as 2ª e 3ª emissões de debêntures, com o intuito de negociar as condições vigentes das referidas debêntures.

Em 26 de fevereiro de 2016, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia obteve aumento de capital no valor de R\$295.455 com a emissão de 89.308 novas ações, nominativas e sem valor nominal, das quais 68.506 foram ações ordinárias e 20.802 foram ações preferenciais, subscritas privadamente pelo preço de emissão de R\$ 3.308,27 por ação ordinária e preferencial.

Nos dias 01 e 02 de março de 2016, a Companhia concluiu a renegociação das condições vigentes, e assinou o 2º aditivo da 2ª debênture e da 3ª Debênture, efetivando assim, a reestruturação de suas dívidas. As principais alterações foram:

- (i) Prorrogação do prazo final para agosto de 2021;
- (ii) Carência de 1 ano para amortizações;
- (iii) Alteração dos limites de índices financeiros (*Covenants*), sendo que para o ano de 2016 não haverá verificação de tais índices;
- (iv) Alteração da taxa de juros da 2ª emissão de debêntures e da 2ª 3ª e 4ª série da 3ª emissão de debênture.

Notas Explicativas

- (*) O EBITDA ou LAJIDA conforme definição dada pela Instrução da CVM N° 527, de 04 de outubro de 2012 – significa o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

Em 26 de abril de 2016, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre findo em 31 de março de 2016 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às reclassificações (i) em suas demonstrações do resultado, do valor adicionado e do fluxo de caixa relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2015, originalmente autorizadas em 6 de maio de 2015, e (ii) em seu balanço patrimonial relativo

Notas Explicativas

ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente autorizado em 15 de fevereiro de 2016. As reclassificações efetuadas não alteraram o total do ativo, passivo e patrimônio líquido.

	31.12.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
ATIVO				
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	22.302			22.302
Investimentos de curto prazo	58.237			58.237
Consumidores, concessionárias e permissionárias	598.246			598.246
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	5.039			5.039
Outros tributos compensáveis	10.306			10.306
Contas a receber - acordos	13.076			13.076
Almoxarifado	14.306			14.306
Despesas pagas antecipadamente	8.997			8.997
Devedores diversos	3.234	(a)	(3.234)	-
Ativo financeiro setorial, líquido	260.720			260.720
Outros créditos	71.497	(a)	3.234	74.731
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	1.065.960		-	1.065.960
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	93.398			93.398
Outros tributos compensáveis	14.912			14.912
Tributos e contribuições sociais diferidos	411.037			411.037
Cauções e depósitos vinculados	38.089			38.089
Contas a receber - acordos	35.333			35.333
Ativo financeiro setorial, líquido	69.074			69.074
Ativo financeiro da concessão	824.738			824.738
Propriedades para investimentos	21.041			21.041
Imobilizado, líquido	16.149			16.149
Intangível	1.475.783			1.475.783
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.999.554		-	2.999.554
TOTAL DO ATIVO	4.065.514		-	4.065.514

Notas Explicativas

	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
<u>PASSIVO</u>				
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	574.774		-	574.774
Empréstimos e financiamentos	71.264		-	71.264
Debêntures	1.277.833		-	1.277.833
Arrendamento financeiro	4.951		-	4.951
Subvenções governamentais	1.875		-	1.875
Outros tributos a pagar	86.099		-	86.099
Dividendos a pagar	215.019		-	215.019
Obrigações estimadas	26.974	(a)	(26.974)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	3.537	(a)	26.974	30.511
Encargos setoriais	111.183	(a)	19.236	130.419
Provisões para processos judiciais e outros	22.919		-	22.919
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	18.994	(a)	(18.994)	-
Outras obrigações	130.017	(a)	(242)	129.775
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	2.545.439		-	2.545.439
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Empréstimos e financiamentos	36.476		-	36.476
Arrendamento financeiro	11.094		-	11.094
Subvenções governamentais	4.646		-	4.646
Outros tributos a pagar	32.221		-	32.221
Obrigações com entidade de previdência privada	29.504		-	29.504
Provisões para processos judiciais e outros	23.468		-	23.468
Dividendos a pagar	412.848		-	412.848
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.556		-	26.556
Obrigações estimadas	142		-	142
Outras obrigações	8.358		-	8.358
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	585.313		-	585.313
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social subscrito e integralizado	463.235		-	463.235
Reservas de capital	5.761		-	5.761
Reservas de lucros:			-	
Reserva legal	59.302		-	59.302
Reserva estatutária	201.138		-	201.138
Reserva de lucros a realizar	64.536		-	64.536
Obrigatória do dividendo não distribuído	172.796		-	172.796
Ações em tesouraria	(8.056)		-	(8.056)
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	(23.950)		-	(23.950)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	934.762		-	934.762
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.065.514		-	4.065.514

Notas Explicativas

Demonstração do resultado:

	31.03.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	914.608	(a e b)	12.297	926.905
CUSTOS OPERACIONAIS				
Custos com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(644.057)	(c)	10.466	(633.591)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	(12.138)		-	(12.138)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(62.253)		-	(62.253)
Taxa de fiscalização	(585)	(a)	585	-
Custos de operação				
Pessoal e administradores	(37.890)		-	(37.890)
Entidade de previdência privada	(1.223)		-	(1.223)
Serviços de terceiros	(42.825)		-	(42.825)
Material	(3.310)		-	(3.310)
Custo de construção	(59.492)		-	(59.492)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	(5.977)		-	(5.977)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(5.155)		-	(5.155)
Depreciação e amortização	(31.838)		-	(31.838)
Outros custos	(9.656)		-	(9.656)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(916.399)		11.051	(905.348)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)	(1.791)		23.348	21.557
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	37.126	(b)	(12.882)	24.244
Despesas financeiras	(48.599)		-	(48.599)
Variações cambiais, líquidas	(121)	(c)	(10.466)	(10.587)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(11.594)		(23.348)	(34.942)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(13.385)		-	(13.385)
Contribuição social diferida	997		-	997
Imposto de renda diferido	2.777		-	2.777
TOTAL DOS TRIBUTOS	3.774		-	3.774
(PREJUÍZO) / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(9.611)		-	(9.611)

Demonstração do valor adicionado:

	31.03.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
1. RECEITAS	1.091.492		268.720	1.360.212
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	1.037.977		268.720	1.306.697
Fornecimento de energia elétrica	587.954		-	587.954
Outras receitas	450.023	(b)	-	450.023
Receita relativa à construção de ativos próprios	59.492		-	59.492
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	(5.977)		-	(5.977)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(902.182)		10.466	(891.716)
Materiais	(28.957)		-	(28.957)
Outros custos operacionais	(16.801)	(c)	-	(16.801)
Custo da energia comprada e transmissão	(790.378)		10.466	(779.912)
Serviços de terceiros	(66.046)		-	(66.046)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	445.148		23.348	468.496
4. RETENÇÕES	(31.838)		-	(31.838)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	413.310		23.348	436.658
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	37.126		(12.882)	24.244
Receitas financeiras	37.126	(d)	(12.882)	24.244
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	450.436		10.466	460.902
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	450.436	(a.1)	10.466	460.902
Empregados (Colaboradores)	41.945		-	41.945
Tributos (Governo)	368.894		-	368.894
Federais	21.946		-	21.946
Estaduais	204.478		-	204.478
Municipais	192		-	192
Encargos regulamentares da concessão	142.278		-	142.278
Remuneração de capital de terceiros	49.208	(a.1)	10.466	59.674
Juros	48.720		10.466	59.186
Remuneração de capital próprio	(9.611)		-	(9.611)

Notas Explicativas

Demonstração do fluxo de caixa:

	31.03.2015			
	Originalmente apresentado	Ref.	Reclassificações	Reclassificado
Atividades operacionais:				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(9.611)	-	-	(9.611)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	31.838	-	-	31.838
Variações monetárias e cambiais	(605)	-	-	(605)
Multa e juros sobre despacho 288 - nota 37.1	-	-	-	-
Atualização do valor justo - Ativo financeiro da concessão	(12.882)	-	-	(12.882)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.979	-	-	5.979
Provisão/reversão para processos judiciais e outros	5.203	-	-	5.203
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	13.970	-	-	13.970
Fundo de pensão - Deliberação CVM 695	1.071	-	-	1.071
Receita aplicação financeira em investimento de curto prazo	(3.103)	-	-	(3.103)
Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado	5.751	-	-	5.751
Tributos e contribuições sociais diferidos	(3.774)	-	-	(3.774)
Ações e opções de ações outorgadas	15	-	-	15
Variações nos ativos e passivos:				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(115.166)	-	-	(115.166)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(1.319)	-	-	(1.319)
Outros tributos compensáveis	1.218	-	-	1.218
Devedores diversos	(19.392)	(a)	19.392	-
Almoxarifado	(1.050)	-	-	(1.050)
Contas a receber - acordos	5.047	-	-	5.047
Despesas pagas antecipadamente	(648)	-	-	(648)
Outros créditos	(8.723)	(a)	(19.392)	(28.115)
Ativo/passivo financeiro setorial	(154.536)	-	-	(154.536)
Fornecedores	165.808	-	-	165.808
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(260)	-	-	(260)
Outros tributos a pagar	2.427	-	-	2.427
Pagamento de processos judiciais e outros	(5.214)	-	-	(5.214)
Obrigações sociais e trabalhistas	8.688	(a)	(4.804)	3.884
Obrigações estimadas	(4.804)	(a)	4.804	-
Encargos tarifários	87.859	(a)	2.393	90.252
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	2.393	(a)	(2.393)	-
Outras obrigações	27.223	-	-	27.223
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	4.369	-	-	4.369
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(1.792)	-	-	(1.792)
Caixa gerado nas atividades operacionais	25.980	-	-	25.980
Juros pagos (encargos de dívidas)	(86.537)	-	-	(86.537)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(28.810)	-	-	(28.810)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(89.367)	-	-	(89.367)
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(62.418)	-	-	(62.418)
Consumidores - Participação financeira	12.613	-	-	12.613
Aplicações em investimento de curto prazo	(520.678)	-	-	(520.678)
Resgates de investimento de curto prazo	508.168	-	-	508.168
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(2.874)	-	-	(2.874)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	-
Caixa líquido usado das atividades de investimentos	(65.189)	-	-	(65.189)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	550.000	-	-	550.000
Dividendos pagos	-	-	-	-
Pagamento de empréstimos - principal	(440.794)	-	-	(440.794)
Custo de empréstimos	(265)	-	-	(265)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(116)	-	-	(116)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	108.825	-	-	108.825
Varição no caixa líquido da Companhia	(45.731)	-	-	(45.731)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	58.641	-	-	58.641
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	12.910	-	-	12.910

Notas Explicativas

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descrita a seguir:

- (a) Com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico, a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE – foi reclassificada para “Deduções da receita operacional bruta”, sendo anteriormente apresentada como “Custos operacionais”, no montante de R\$ 585.

Adicionalmente, a Companhia reclassificou os saldos patrimoniais:

- da rubrica “Devedores diversos” para “Outros créditos”;
- da rubrica “Obrigações estimadas” para “Obrigações sociais e trabalhistas”;
- das rubricas “Encargos tarifários e do consumidor a recolher” e “Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética” para a rubrica “Encargos setoriais”;
- da taxa de fiscalização considerado na rubrica “Outras obrigações” para a rubrica “Encargos setoriais”.

As reclassificações patrimoniais descritas acima também foram refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

- (b) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que:
- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”;
- (ii) Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- (iii) As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- (iv) Análises elaboradas por especialistas externos e que buscam calcular certos indicadores de performance, tais como: Retorno Sobre o Patrimônio Líquido, Retorno Sobre o Ativo Financeiro, Retorno Sobre o Ativo Operacional, Custo da Dívida, e Retorno Sobre o Ativo Total, podem sofrer distorções importantes quanto computados com base na prática contábil adotada anteriormente;

Notas Explicativas

- (v) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

O impacto deste assunto no trimestre findo em 31 de março de 2015 foi uma reclassificação de R\$ 12.882 da receita financeira para o resultado operacional.

- (c) A variação cambial de Itaipu foi reclassificada para “Variações cambiais, líquidas”, sendo anteriormente apresentada como “Custos operacionais”, no montante de R\$ 10.466.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 3.1 a 3.23 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	31.03.2016	31.12.2015
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>		
Numerário disponível	16.366	10.332
Numerário em trânsito	4.058	11.970
Subtotal	20.424	22.302
	31.03.2016	31.12.2015
<u>Investimentos de curto prazo:</u>		
CDB-DI (I)	8.406	23.342
Títulos públicos (II)	844	820
Operações compromissadas (I)	168.083	34.075
Subtotal	177.333	58.237
Total	197.757	80.539

- (I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados, em média, a 89,82% do CDI no trimestre findo em 31 de março de 2016 (95,72% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).
- (II) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.

Notas Explicativas

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição da conta de consumidores, concessionárias e permissionárias é a seguinte:

<u>CIRCULANTE</u>	31.03.2016	31.12.2015
Consumidores:		
Faturados	395.447	312.419
Não faturados	197.365	206.070
Ressarcimento - leilões de energia	8.996	4.254
Outros	1.338	1.939
Suprimento de energia elétrica	1.785	1.795
Encargos de uso da rede	623	228
Subtotal	605.554	526.705
Comercialização no CCEE - nota explicativa nº 33.1	5.806	89.233
Exposição decorrente de preços entre submercados - nota explicativa nº 33.1	437.800	437.800
Provisão para perda com créditos referentes à exposição decorrente de preços entre submercados - nota explicativa nº 33.1	(437.800)	(437.800)
Subtotal	5.806	89.233
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.463)	(17.692)
Total - Circulante	591.897	598.246
 <u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Consumidores	91.814	93.747
Subtotal	91.814	93.747
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(552)	(349)
Total - Não circulante	91.262	93.398
 Total - Circulante + Não Circulante	683.159	691.644

Notas Explicativas

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias abertos por classe é como segue:

	31.03.2016					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<u>CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
Residencial	101.927	87.304	8.099	197.330	(8.100)	189.230
Industrial	12.775	12.517	11.448	36.740	(2.753)	33.987
Comercial e serviços	35.207	20.340	7.115	62.662	(3.874)	58.788
Rural	18.441	20.133	4.633	43.207	(1.717)	41.490
<u>Poder público:</u>						
Federal	2.163	2.717	228	5.108	-	5.108
Estadual	2.413	3.816	153	6.382	-	6.382
Municipal	6.304	2.571	2.672	11.547	-	11.547
Iluminação pública	7.753	1.625	284	9.662	-	9.662
Iluminação pública - precatórios	-	-	8.492	8.492	-	8.492
Serviço público	10.139	452	3.726	14.317	-	14.317
Total - Faturado	197.122	151.475	46.850	395.447	(16.444)	379.003
Não faturado	197.365	-	-	197.365	-	197.365
Total	394.487	151.475	46.850	592.812	(16.444)	576.368
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Suprimento de energia elétrica	1.785	-	-	1.785	-	1.785
Encargos de uso da rede	623	-	-	623	-	623
Ressarcimento - leilões de energia	8.996	-	-	8.996	-	8.996
Outros	1.338	-	-	1.338	-	1.338
Total	12.742	-	-	12.742	-	12.742
TOTAL - CIRCULANTE	407.229	151.475	46.850	605.554	(16.444)	589.110
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
<u>Poder público:</u>						
Estadual	-	-	1	1	-	1
Municipal	-	-	552	552	(352)	200
Iluminação pública	-	-	200	200	(200)	-
Iluminação pública - precatórios	-	-	91.053	91.053	-	91.053
Serviço público	-	-	8	8	-	8
Total	-	-	91.814	91.814	(552)	91.262
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	91.814	91.814	(552)	91.262
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	407.229	151.475	138.664	697.368	(16.996)	680.372

Notas Explicativas

	31.12.2015					
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<u>CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
Residencial	84.208	59.522	7.708	151.438	(7.708)	143.730
Industrial	12.627	12.205	7.698	32.530	(2.317)	30.213
Comercial e serviços	30.720	14.740	5.064	50.524	(2.877)	47.647
Rural	12.953	5.358	4.440	22.751	(694)	22.057
<u>Poder público:</u>						
Federal	1.067	930	25	2.022	-	2.022
Estadual	2.375	2.506	91	4.972	-	4.972
Municipal	5.097	2.598	2.813	10.508	-	10.508
Iluminação pública	8.217	1.882	312	10.411	-	10.411
Iluminação pública - precatórios	-	-	9.302	9.302	-	9.302
Serviço público	9.503	6.780	1.678	17.961	-	17.961
Total - Faturado	166.767	106.521	39.131	312.419	(13.596)	298.823
Não faturado	206.070	-	-	206.070	-	206.070
Total	372.837	106.521	39.131	518.489	(13.596)	504.893
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Suprimento de energia elétrica	1.795	-	-	1.795	-	1.795
Encargos de uso da rede	228	-	-	228	-	228
Ressarcimento - leilões de energia	4.254	-	-	4.254	-	4.254
Outros	1.939	-	-	1.939	-	1.939
Total	8.216	-	-	8.216	-	8.216
TOTAL - CIRCULANTE	381.053	106.521	39.131	526.705	(13.596)	513.109
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
<u>Poder público:</u>						
Estadual	-	-	2	2	-	2
Municipal	-	-	304	304	(149)	155
Iluminação pública	-	-	200	200	(200)	-
Iluminação pública - precatórios	-	-	93.232	93.232	-	93.232
Serviço público	-	-	9	9	-	9
Total	-	-	93.747	93.747	(349)	93.398
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	93.747	93.747	(349)	93.398
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	381.053	106.521	132.878	620.452	(13.945)	606.507

(*) PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – vide nota explicativa nº 9.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Sobre o valor das faturas vencidas incidem juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Notas Explicativas

6. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis:		31.03.2016	31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>			
Contribuição social		1.732	951
Imposto de renda		5.271	3.575
Imposto de renda retido na fonte		1.378	513
Total		8.381	5.039
Outros tributos compensáveis:		31.03.2016	31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>			
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		10.722	9.921
COFINS		284	316
PIS		62	69
Total		11.068	10.306
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		11.423	10.493
COFINS		3.134	3.079
PIS		680	668
Outros		672	672
Total		15.909	14.912

7. Tributos e contribuições sociais diferidos

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.03.2015
Provisão para processos judiciais e outros	14.658	14.855	(197)	(1.044)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	22.619	20.270	2.349	1.150
Provisão de benefícios a empregados	2.801	2.187	614	(982)
Provisão de materiais e serviços	5.586	6.945	(1.359)	2.159
Variação cambial (*)	(1.099)	(73)	(1.026)	1.360
Prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	403.592	384.957	18.635	15.706
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	13.248	12.339	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(39.195)	(31.443)	(7.752)	(4.379)
Outros	805	1.000	(195)	(10.196)
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos			11.069	3.774
Total do ativo fiscal diferido, líquido	423.015	411.037		
Total do ativo fiscal diferido registrado, líquido	423.015	411.037		
	31.03.2016	31.12.2015		
Tributos diferidos ativos	467.318	447.590		
Tributos diferidos passivos	(44.303)	(36.553)		
	423.015	411.037		

(*) De acordo com a Medida Provisória 2.158/2001, a Companhia adota regime de caixa para registro da variação cambial, por isso, constitui diferido sobre a mesma. Os registros mais relevantes são relacionados à variação cambial para aquisição de energia de Itaipu.

Movimentação dos tributos diferidos	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	411.037
Impacto no resultado	11.069
Impacto no patrimônio líquido	909
Saldo em 31 de março de 2016	423.015

Notas Explicativas

A Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2016, referentes aos impostos diferidos ativos serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2027.

8. Contas a receber – acordos e outras contas a receber

A composição do saldo de contas a receber – acordos é como segue:

	31.03.2016			31.12.2015		
	Saldo	PCLD (*)	Saldo líquido	Saldo	PCLD (*)	Saldo líquido
CIRCULANTE						
Termo de confissão de dívida:						
Prefeituras municipais diversas	11.032	(4.151)	6.881	9.605	(3.822)	5.783
Consumidores	20.018	(11.102)	8.916	17.985	(10.692)	7.293
Total	31.050	(15.253)	15.797	27.590	(14.514)	13.076
NÃO CIRCULANTE						
Termo de confissão de dívida:						
Prefeituras municipais diversas	37.700	(10.440)	27.260	38.768	(10.980)	27.788
Prefeituras municipais diversas - precatórios	3.500	-	3.500	4.040	-	4.040
Consumidores	19.815	(16.417)	3.398	19.587	(16.082)	3.505
Total	61.015	(26.857)	34.158	62.395	(27.062)	35.333
Total geral	92.065	(42.110)	49.955	89.985	(41.576)	48.409

A abertura do contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vindencos	Saldos vencidos até 90 dias	mais de 90 dias	Total
Prefeituras municipais diversas	44.734	1.036	6.462	52.232
Consumidores	27.839	3.344	8.650	39.833
Subtotal	72.573	4.380	15.112	92.065
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.265)	(3.227)	(11.618)	(42.110)
Saldo líquido de PCLD - Circulante + Não Circulante	45.308	1.153	3.494	49.955

9. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

As movimentações das provisões para créditos de liquidação duvidosa são como segue:

Rubricas de origem	Saldo em 31.12.2015	Provisões	Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 31.03.2016
CIRCULANTE					
Consumidores - nota explicativa nº 5	(13.596)	(8.915)	21	6.046	(16.444)
Contas a receber - acordos - Consumidores - nota explicativa nº 8	(10.692)	(588)	178	-	(11.102)
Contas a receber - acordos - Prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	(3.822)	(578)	249	-	(4.151)
Comercialização na CCEE - nota explicativa nº 5	(3.019)	-	-	-	(3.019)
Outros créditos - nota explicativa nº10	(1.077)	(3.327)	-	-	(4.404)
Total	(32.206)	(13.408)	448	6.046	(39.120)
NÃO CIRCULANTE					
Consumidores - nota explicativa nº 5	(349)	(488)	-	285	(552)
Contas a receber - acordos - Consumidores - nota explicativa nº 8	(16.082)	(1.170)	-	835	(16.417)
Contas a receber - acordos - Prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	(10.980)	-	577	(37)	(10.440)
Total	(27.411)	(1.658)	577	1.083	(27.409)
Total circulante + não circulante	(59.617)	(15.066)	1.025	7.129	(66.529)

Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de provisões para créditos de liquidação duvidosa:

	31.03.2016	31.03.2015
Provisões	(15.066)	(7.354)
Reversões	1.025	1.364
Receita com recuperação de perdas (*)	-	2
Outras	3	11
Despesa com PCLD no período	(14.038)	(5.977)

(*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixadas para perda.

10. Outros créditos

A composição do saldo de outros créditos é como segue:

	31.03.2016	Reclassificado 31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
Cauções e depósitos vinculados	345	290
Programa de eficiência energética	496	451
Repasso CDE - descontos na tarifa - nota explicativa nº 23	56.659	55.013
Compartilhamento de infra-estrutura (*)	15.595	16.672
Adiantamento a empregados	3.249	1.235
Adiantamento a fornecedores	163	1.317
Outros	1.123	830
Subtotal	77.630	75.808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(4.404)	(1.077)
Saldo líquido de PCLD	73.226	74.731

(*) O montante refere-se à parcela do contrato de compartilhamento de infra-estrutura de postes junto à prestadora de serviços de telecomunicações que atendeu aos critérios definidos pela Companhia para a constituição de PCLD, refletindo a estimativa das prováveis perdas sobre o recebível.

11. Contratos de concessão público – privado

	31.03.2016	31.12.2015
<u>Ativo financeiro</u>		
Ativo financeiro da concessão	876.480	824.738
<u>Intangível</u>		
Ativo intangível da concessão - nota explicativa nº 12	1.472.826	1.475.783
Total contratos de concessão público - privado	2.349.306	2.300.521

Notas Explicativas

O ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de concessão - estabelece as diretrizes para a contabilização pelos operadores (concessionárias) dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado pelo ativo financeiro e ativo intangível.

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2015	732.256	92.482	824.738
Baixas	(2.064)	-	(2.064)
Atualização monetária - nota explicativa nº 23	-	22.799	22.799
Transferência proveniente do ativo intangível da concessão	31.007	-	31.007
Saldo em 31 de março de 2016	761.199	115.281	876.480

Características do contrato de concessão da Companhia

Em 06 de novembro de 1997, a Companhia e o Ministério de Minas e Energia e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 12/97, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL manifestar-se-á até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

No dia 20 de março de 2005 foi assinado o primeiro aditivo ao contrato de concessão, cujo objeto constitui:

- (i) formalizar a alteração social da Companhia Centro Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, para AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.;
- (ii) formalizar a transferência do controle societário da concessionária AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., da AES Guaíba Empreendimentos Ltda., para AES Guaíba II Empreendimentos Ltda.;

Notas Explicativas

(iii) formalizar a incorporação pela concessionária da empresa AES Guaíba Empreendimentos Ltda.;

(iv) alterar a redação da terceira subcláusula da cláusula quinta – Encargos da concessionária, bem como suprimir a quarta subcláusula da cláusula quinta, renumerando desta forma as demais subcláusulas da cláusula quinta.;

No dia 8 de abril de 2005 foi assinado o segundo aditivo ao contrato de concessão entre a Companhia e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos arts. 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá a tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

No dia 12 de abril de 2010 foi assinado o terceiro aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos encargos setoriais da “Parcela A” para a receita anual da concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da cláusula sétima do contrato de concessão.

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o quarto aditivo ao contrato de concessão entre a Companhia e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado pelo poder concedente ou reembolsado pela Companhia.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 19 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica ocorre na mesma data a cada 5 anos.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

Notas Explicativas

12. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.03.2016	31.12.2015
Intangível:		
Ativo intangível da concessão		
Intangível da concessão	1.266.525	1.252.145
Amortização	(270.237)	(251.059)
Ativo intangível da concessão em curso	147.227	138.286
Subtotal	1.143.515	1.139.372
Outros intangíveis da concessão (*)		
Aquisição de direito de concessão	802.164	802.164
Amortização	(472.853)	(465.753)
Subtotal	329.311	336.411
Total do ativo intangível	1.472.826	1.475.783

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

- (*) Os outros intangíveis da concessão decorrentes da incorporação da controladora AES Guaíba Empreendimentos Ltda. estavam anteriormente classificados como ágio de concessão de acordo com o seu fundamento econômico e foram reclassificados em função da adoção inicial dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC. A amortização deste ágio é efetuada conforme anuência da ANEEL através do Ofício nº 048/2000-DR/ANEEL, tendo sido de 3,54% no trimestre findo em 31 de março de 2016 (3,55% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

A movimentação do ativo intangível da concessão e dos outros intangíveis da concessão é como segue:

	Em curso		Em serviço			Ativo intangível	Amortização Acumulada	Total do ativo intangível da concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais	Aquisição de direito da concessão			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	212.919	(74.633)	1.419.545	(167.400)	802.164	2.192.595	(716.812)	1.475.783
Adições	74.046	(10.173)	699	-	-	64.572	(35.804)	28.768
Baixas	-	-	(10.243)	-	-	(10.244)	7.115	(3.129)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	2.411	2.411
Transferência para o ativo intangível em serviço	(27.498)	3.574	27.498	(3.574)	-	-	-	-
Transferência para o ativo financeiro da concessão	(35.363)	4.355	-	-	-	(31.007)	-	(31.007)
Saldo em 31 de março de 2016	224.104	(76.877)	1.437.499	(170.974)	802.164	2.215.916	(743.090)	1.472.826

Notas Explicativas

13. Fornecedores

	31.03.2016	31.12.2015
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE- nota explicativa nº 33.1		
Energia comprada no curto prazo	126.111	116.947
ESS - Encargo de Serviço do Sistema	58.342	55.215
Risco hidrológico	1.992	41.890
Total CCEE - Nota explicativa 33.1	186.445	214.052
Itaipu	87.484	139.288
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	122.196	135.278
Eletronuclear (ANGRA I e II)	6.157	5.112
Quota de Energia Existente	10.513	4.925
MCSD - Trocas livres	132	166
Uso da transmissão - Outros	18.064	17.188
Encargos de conexão	3.435	3.458
Transporte Itaipu	1.110	1.072
Subtotal	435.536	520.539
Materiais e Serviços	47.718	53.317
Materiais e Serviços - Partes relacionadas - nota explicativa nº 29.1	1.251	918
Total	484.505	574.774

Parte do saldo a pagar junto a CCEE é referente à publicação do Despacho nº 288 (vide nota explicativa nº 33.1).

Em 31 de março de 2016, a Companhia possui seguro garantia no valor de R\$ 879 para compra de energia referente a leilões CCEAR.

Notas Explicativas

14. Tributos a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar	31.03.2016	31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	-	-
Imposto de renda	-	-
Total	-	-
Outros tributos a pagar	31.03.2016	31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
<u>Federais:</u>		
PIS/COFINS - parcelamento (a)	8.673	8.405
COFINS	24.546	16.581
PIS	5.329	3.600
INSS	2.813	2.508
IRRF	208	115
FGTS	622	874
Outros	1.615	2.009
Subtotal - Federais	43.806	34.092
<u>Estaduais</u>		
ICMS	39.723	31.193
ICMS - parcelamento	-	20.526
Subtotal - Estaduais	39.723	51.719
<u>Municipais</u>		
ISS	436	288
Subtotal - Municipais	436	288
Total	83.965	86.099
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
<u>Federais:</u>		
PIS/COFINS - parcelamento (a)	30.967	32.221
Subtotal - Federais	30.967	32.221
Total - Outros tributos a pagar	114.932	118.320

- (a) Em novembro de 2015 à Receita Federal do Brasil deferiu o pedido de parcelamento do PIS e COFINS relativo aos meses de agosto e setembro de 2015, no valor total consolidado de R\$ 34.253.

O pagamento do parcelamento será feito em 60(sessenta) parcelas mensais e consecutivas, com incidência de juros (i) Selic, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de (ii) 1% relativo ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, conforme artigo 13 da Lei 10.522 de julho de 2002. Até 31 de março de 2016 foram liquidadas 5 parcelas e realizada a compensação parcial da parcela 60.

O saldo de R\$ 39.640 (R\$ 8.673 no circulante e R\$ 30.967 no não circulante), demonstra a posição em 31 de março de 2016, conforme abaixo:

Parcelamento	Valor	Juros e Multa	Amortização	Saldo em 31.03.2016
PIS/COFINS	34.253	9.039	(3.652)	39.640

Notas Explicativas

15. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

Nos dias 05, 10 e 11 de fevereiro de 2016, a Companhia convocou uma realização de Assembleias Gerais de Debenturistas, a qual ocorreu em 22 de fevereiro de 2016 para as 2ª e 3ª emissões de debêntures, com o intuito de negociar as condições vigentes das referidas debêntures – Vide nota explicativa nº 1.

Nos dias 01 e 02 de março de 2016, a Companhia concluiu a renegociação das condições vigentes, e assinou o 2º aditivo da 2ª debênture e da 3ª Debênture, efetivando assim, a reestruturação de suas dívidas. As principais alterações foram:

- (i) Prorrogação do prazo final para agosto de 2021;
- (ii) Carência de 1 ano para amortizações;
- (iii) Alteração dos limites de índices financeiros (*Covenants*), sendo que para o ano de 2016 não haverá verificação de tais índices;
- (iv) Alteração da taxa de juros da 2ª emissão de debêntures e da 2ª 3ª e 4ª série da 3ª emissão de debênture.

Desta forma, os saldos das dívidas que em dezembro de 2015, estavam classificados no passivo circulante, devido ao descumprimento dos compromissos financeiros (*covenants*) pelo segundo trimestre consecutivo em 30 de setembro de 2015, foram novamente classificados no passivo não circulante, de acordo com os novos prazos firmados com os debenturistas.

Os detalhes dos novos índices financeiros (*Covenants*) estão descritos na nota explicativa nº 15.7.

15.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Moeda Nacional		31.03.2016								
		Vencimento	Taxa efetiva (**) % a.a	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Instituições Financeiras / Credores	Encargos			Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos:										
	Consumidores - a.1	2017	IGP-M + 6,00	-	5.440	-	5.440	-	-	5.440
	Eletrobrás - Luz para todos (*) - a.2.1	2023	5,00	-	6.128	-	6.128	21.411	-	27.539
	Eletrobrás - Financiamento (*) - a.2.2	2016	5,00	-	4.111	-	4.111	-	-	4.111
	FINAME - Banco Itaú - a.3.1	2016	10,00	1	176	-	177	-	-	177
	FINAME - Banco Itaú - a.3.2	2016	8,70	2	425	-	427	-	-	427
	FINEP (*) - a.4.1	2020	5,00	20	1.931	-	1.951	6.682	-	8.633
	FINEP (*) - a.4.2	2022	TJLP	22	890	-	912	6.122	-	7.034
	Subtotal			45	19.101	-	19.146	34.215	-	53.361
Debêntures:										
	Debêntures - 2ª emissão - a.6	2021	CDI + 4,59	3.971	8.235	(1.485)	10.721	271.765	(4.456)	278.030
	Debêntures - 3ª emissão - 1ª série - a.7	2016	CDI + 6,08	1.245	100.000	(1.768)	99.477	-	-	99.477
	Debêntures - 3ª emissão 2ª a 4ª séries - a.7	2021	CDI + 5,39	10.352	22.551	(6.385)	26.518	744.155	(20.507)	750.166
	Subtotal			15.568	130.786	(9.638)	136.716	1.015.920	(24.963)	990.957
Leasing:										
	Arrendamento financeiro - a.8	2025	13,75%	-	6.664	-	6.664	13.980	-	20.644
	Subtotal			-	6.664	-	6.664	13.980	-	20.644
	Total			15.613	156.551	(9.638)	162.526	1.064.115	(24.963)	1.201.678

Notas Explicativas

Moeda Nacional		31.12.2015							
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva (**) % a.a	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	
Empréstimos e financiamentos:									
Consumidores - a.1	2016	IGP-M + 6,00	-	5.290	-	5.290	-	-	5.290
Eletrobrás - Luz para todos (*) - a.2.1	2023	5,00	-	6.106	-	6.106	22.951	-	29.057
Eletrobrás - Financiamento (*) - a.2.2	2016	5,00	-	6.521	-	6.521	-	-	6.521
FINAME - Banco Itaú - a.3.1	2016	10,00	1	282	-	283	-	-	283
FINAME- Banco Itaú - a.3.2	2016	8,70	3	681	-	684	-	-	684
FINEP (*) - a.4.1	2020	5,00	22	1.912	-	1.934	7.173	-	9.107
FINEP (*) - a.4.2	2022	TJLP	22	533	-	555	6.352	-	6.907
CCB Safra - a.5	2016	CDI + 16,27	219	50.000	(328)	49.891	-	-	49.891
Subtotal			267	71.325	(328)	71.264	36.476	-	36.476
Debêntures:									
Debêntures - 2ª emissão - a.6	2015	CDI + 1,72	16.076	290.000	(2.151)	303.925	-	-	303.925
Debêntures - 3ª emissão - 1ª série - a.7	2015	CDI + 8,92	4.104	100.000	(1.465)	102.639	-	-	102.639
Debêntures - 3ª emissão 2ª a 4ª séries- a.7	2015	CDI + 6,32	40.081	850.000	(18.812)	871.269	-	-	871.269
Subtotal			60.261	1.240.000	(22.428)	1.277.833	-	-	1.277.833
Leasing:									
Arrendamento financeiro - a.8	2025	13,75%	-	4.951	-	4.951	11.094	-	16.045
Subtotal			-	4.951	-	4.951	11.094	-	16.045
Total			60.528	1.316.276	(22.756)	1.354.048	47.570	-	1.401.618

(*) O saldo está apresentado líquido das subvenções governamentais.

(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros, são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Os empréstimos relacionados abaixo possuem como garantia cartas fiança, conforme detalhamento:

	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Eletrobrás - Financiamento	1	18.835	2,75%
Eletrobrás - LPT	4	47.384	3,30 a 3,75%
FINEP	4	14.410	1,30% a 2,75%

Notas Explicativas

15.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos/repactuados no trimestre findo em 31 de março de 2016:

Reestruturação de dívida – 2ª e 3ª Debêntures

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia renegociou as condições vigentes, da 2ª debênture e da 3ª Debênture, efetivando assim, a reestruturação de suas dívidas. As principais alterações foram:

Descrição	Valor do principal	Taxa contratual		Pagamento de juros	Amortização do principal				Vencimento	
		Anterior	Vigente		Anterior	Vigente	Anterior	Vigente		
Debêntures - 2ª emissão	R\$290.000	CDI + 1,25%	CDI + 3,75%	Semestrais	Anual	R\$ 145.000	Única	R\$ 8.235	Fevereiro de 2017	Fevereiro de 2017
					Anual	R\$ 145.000	Única	R\$ 8.235	Fevereiro de 2018	Agosto de 2017
					-	-	Semestrais	R\$ 32.941	-	Fevereiro de 2018 à agosto de 2021
Debêntures - 3ª emissão (1ª Série)	R\$100.000	CDI + 2,40%	CDI + 2,40%	Semestrais	Única	R\$ 100.000	Única	R\$ 100.000	Março de 2016	Setembro de 2016
Debêntures - 3ª emissão (2ª, 3ª e 4ª Série)	R\$850.000	CDI + 4,75%	CDI + 3,75%	Semestrais	Semestrais	R\$ 94.444	Semestrais	R\$ 22.550	Março de 2016 à março de 2020	Fevereiro de 2017 à agosto de 2017
								R\$ 90.201		Fevereiro de 2018 à agosto de 2021

Adicionalmente, conforme previsto nas condições de renegociação, a Companhia efetuou amortizações do principal no valor de R\$ 83.295, referente a 2º, 3º e 4º série, da 3ª emissão. Com relação aos custos de reestruturação, a Companhia efetuou pagamento de R\$ 20.214. Em consonância com o CPC 38, a Companhia avaliou que não houve modificação substancial nos termos da dívida renegociada, desta forma, efetuou o diferimento de R\$ 15.765, os quais estão diretamente vinculados a estruturação do aditamento. O total diferido está sendo amortizado pelo prazo de realização desta emissão.

Notas Explicativas

b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em períodos anteriores:

Referência	Descrição	Valor do principal	Data emissão/Repactuação	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização do principal	Vencimento
a.1	Consumidores	R\$ 5.440 ^(*)	Diversas	IGPM+6%	Mensal	Mensal	Conforme Resolução Normativa nº 414/2011
a.2.1	Eletrobrás - Luz para todos	R\$ 118.090	Fevereiro de 2012 (última tranche)	5%	Mensal	Mensal	Março de 2023
a.2.1	Eletrobrás - Financiamento	R\$ 47.358	-	5%	Mensal	Mensal	Agosto de 2016
a.3.1	Finame Banco Itaú	R\$ 1.904	Dezembro de 2016	10%	Mensal	Mensal (a partir de março de 2012)	Agosto de 2016
a.3.2	Finame Banco Itaú	R\$ 3.063	Dezembro de 2011	8,7%	Trimestral até agosto de 2013. A partir desta data mensal	Mensal (a partir de setembro de 2013)	Agosto de 2016
a.4.1	FINEP	R\$ 15.292	Dezembro de 2011	5%	Mensal	Mensal (a partir de setembro de 2013)	Maio de 2020
a.4.2	FINEP	R\$ 8.321	Março de 2016	TJLP	Mensal	Mensal (a partir de maio de 2016)	Maio de 2022
a.6	Debêntures - 2ª emissão	R\$ 290.000	Março de 2016	CDI + 3,75%	Semestrais	Única R\$ 8.235 Única R\$ 8.235 Semestrais R\$ 32.941	Fevereiro de 2017 Agosto de 2017 Fevereiro de 2018 à agosto de 2021
a.7	Debêntures - 3ª emissão (1ª Série)	R\$ 100.000	Março de 2016	CDI + 2,40%	No vencimento	Única R\$ 100.000	Setembro de 2016
a.8	Debêntures - 3ª emissão (2ª, 3ª e 4ª Série)	R\$ 850.000	Março de 2016	CDI + 3,75%	Semestrais	Semestrais R\$ 22.550 R\$ 90.201	Fevereiro de 2017 à agosto de 2017 Fevereiro de 2018 à agosto de 2021

(*) Refere-se ao saldo em aberto em 31 de março de 2016.

(a.9) Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se basicamente a arrendamentos de equipamentos de informática e veículos, e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de arrendamento financeiro registrado, em 31 de março de 2016, era de R\$ 20.644 (R\$ 16.045 em 31 de dezembro de 2015) no passivo, e R\$ 20.604 (R\$ 16.149 em 31 de dezembro de 2015) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 20.604 em 31 de março de 2016 (R\$ 16.149 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

15.3 Os valores relativos ao principal e aos custos a amortizar de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	31.03.2016		31.12.2015	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
IGPM	5.440	0,46	5.290	0,39
CDI	1.112.105	93,76	1.267.244	94,49
TJLP	7.012	0,59	6.885	0,51
Taxa fixa	61.508	5,19	61.671	4,61
Total	1.186.065	100,00	1.341.090	100,00

15.4 Em 31 de março de 2016, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Arrendamento financeiro	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2017	6.460	30.784	(6.318)	2.797	33.723
2018	9.273	246.284	(7.756)	3.730	251.531
2019	8.953	246.284	(6.321)	3.599	252.515
2020	4.857	246.284	(3.771)	3.103	250.473
2021	3.015	246.284	(1.114)	751	248.936
2022 a 2023	1.657	-	-	-	1.657
	34.215	1.015.920	(25.280)	13.980	1.038.835

15.5 Os indexadores utilizados na atualização dos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro tiveram o seguinte comportamento:

	31.03.2016	31.12.2015
	%	%
TJLP (*)	7,50	7,00
IGP-M (**)	11,56	10,54
CDI (*)	14,13	14,14

(*) Índice do último dia do exercício.

(**) Índice acumulado até a data.

Notas Explicativas

15.6 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro é como segue:

Moeda Nacional Instituições Financeiras / Credores	Saldo Inicial	Ingressos	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Outros	Diferimento dos custos de transação	Amortização dos custos de transação	Subvenções Governamentais	Saldo em
	31.12.2015									31.03.2016
Consumidores	5.290	-	222	(934)	-	862	-	-	-	5.440
Eletrobrás - Luz para todos	29.057	-	486	(1.767)	(389)	(97)	-	-	249	27.539
Eletrobrás - Finel	6.521	-	186	(2.512)	(149)	(37)	-	-	102	4.111
FINAME - Banco Itaú	967	-	51	(363)	(51)	-	-	-	-	604
FINEP	16.014	-	248	(567)	(248)	30	-	-	190	15.667
CCB - Safra	49.891	-	1.164	(50.000)	(1.383)	-	(1.102)	1.430	-	-
Debêntures - 2ª emissão	303.925	-	10.943	(10.000)	(23.049)	-	(3.942)	356	-	278.233
Debêntures - 3ª emissão	973.908	-	40.515	(83.295)	(73.105)	-	(11.610)	2.966	-	849.379
Arrendamento mercantil	16.045	5.278	350	(1.029)	-	-	-	-	-	20.644
Total	1.401.618	5.278	54.165	(150.467)	(98.374)	758	(16.654)	4.752	541	1.201.617

15.7 Compromissos financeiros – “Covenants”

Conforme aditivos assinados nos dias 1º e 2 de março de 2016, das Escrituras da 2ª e 3ª emissões de debênture, não haverá verificação dos índices e limites financeiros (*Covenants*) com relação às informações financeiras relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016, 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2016.

A partir do primeiro trimestre de 2017, o índice obtido pela divisão da Dívida Líquida Financeira pelo EBITDA (conforme definidos na Escritura de Emissão) não poderá ser superior aos limites apresentados no quadro abaixo:

	Índices
1º trimestre de 2017	4,00
2º e 3º trimestre de 2017	3,75
4º trimestre de 2017 e 1º trimestre de 2018	3,50
2º e 3º trimestre de 2018	3,25
4º trimestre de 2018 até o vencimento final	3,00

16. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CEEE de Seguridade Social – Eletroceee é a entidade responsável pela administração do plano de benefícios patrocinado pela Companhia e tem como objetivo principal a suplementação dos benefícios previdenciários dos participantes. O plano de benefícios (Plano Único da AES Sul), constituído de acordo com as características de “benefício definido”, encontra-se fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011.

A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos empregados beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

Notas Explicativas

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Em 31 de março de 2016, a Companhia não verificou nenhuma alteração significativa de mercado que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2015.

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

	31.03.2016
Saldo no início do exercício	29.504
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	1.104
Ajuste de avaliação atuarial	2.674
Pagamento de contribuições	(1.625)
Saldo final do período	31.657

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

Composição dos valores reconhecidos na DRE:

	31.03.2016	31.03.2015
Custo dos serviços correntes	(250)	(322)
Custo dos juros	(10.996)	(9.838)
Rendimento esperado dos ativos do plano	10.142	9.089
Total das despesas benefício definido	(1.104)	(1.071)
Outras contribuições	61	(152)
Total das despesas no período	(1.043)	(1.223)

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	31.03.2016	Reclassificado 31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
Folha de pagamento	186	1.003
Férias	9.383	10.876
Participação nos lucros e resultados	15.163	12.840
Provisão 13º salário	1.670	-
Encargos sociais sobre férias e gratificações	3.949	3.804
Contribuições Sociais	1.180	1.588
Prêmio de assiduidade	129	129
Bônus	115	125
Outros	171	146
Total	31.946	30.511
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Bônus	160	142
Total	160	142

Notas Explicativas

18. Provisão para processos judiciais e outros

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostas de seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2016	31.12.2015	31.03.2016	31.12.2015
Trabalhistas (a)	24.531	24.051	21.588	20.301
Processos fiscais (b)	3.407	3.344	121	121
Complementação temporária de proventos (c)	7	31	-	-
Processos cíveis (d)	10.478	12.948	2.359	2.128
Processos regulatórios (e)	-	621	-	-
PIS/COFINS sobre receita financeira (f)	6.239	4.886	-	-
Outras	504	506	-	-
Total	45.166	46.387	24.068	22.550
Circulante	19.706	22.919	-	-
Não circulante	25.460	23.468	24.068	22.550
Total	45.166	46.387	24.068	22.550

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 38.570 (R\$ 38.089 em 31 de dezembro de 2015), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2016	31.12.2015
Processos prováveis	24.068	22.550
Processos possíveis	461	509
Processos remotos	14.041	15.030
Total	38.570	38.089

(*) Em 31 de março de 2016, a Companhia possuía um saldo de depósitos judiciais no valor de R\$ 14.041 vinculados a processos judiciais cíveis, tributários e trabalhistas classificados com perda remota pela sua Administração. A avaliação foi realizada com base na opinião dos assessores legais que representam a Companhia. Os valores depositados nos processos poderão ser levantados pela Companhia após o trânsito em julgado que mantiveram as decisões favoráveis e mediante expressa autorização judicial.

Notas Explicativas

A movimentação dos processos judiciais e outros foi como segue:

	Passivo					31.03.2016
	31.12.2015	Ingressos	Atualizações monetárias	Reversões	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	24.051	1.926	895	-	(2.341)	24.531
Processos fiscais - outros (b)	3.344	34	27	-	2	3.407
Complementação temporária de proventos (c)	31	12	-	(36)	-	7
Processos cíveis (d)	12.948	4.460	(2.485)	(2.096)	(2.349)	10.478
Processos regulatórios (e)	621	-	22	-	(643)	-
PIS COFINS sobre receita financeira (f)	4.886	1.226	127	-	-	6.239
Outros	506	-	-	-	(2)	504
Total geral	46.387	7.658	(1.414)	(2.132)	(5.333)	45.166
Circulante	22.919					19.706
Não circulante	23.468					25.460
Total geral	46.387					45.166

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. A Administração da Companhia está fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas abaixo:

- (a) **Trabalhistas:** Os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e equiparação salarial. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias de sub-rogados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização no montante de R\$ 24.531 para cobrir os prováveis gastos futuros com processos judiciais desta natureza.
- (b) **Processos fiscais:** A Companhia possui processos fiscais na esfera municipal e federal referentes a débitos relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, COFINS, cuja discussão é mantida em âmbito administrativo, pré-judicial. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para as demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável em 31 de março de 2016, no montante de R\$ 3.407 (R\$ 3.344 em 31 de dezembro de 2015).
- (c) **Provisão para complementação temporária de proventos:** em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço ao participante regularmente inscrito na Fundação Eletroceee, que em 31 de dezembro de 1997, não havia cumprido todos os requisitos para fruição do mencionado benefício pela Fundação, mas que havia tido a aposentadoria concedida pela Previdência Oficial. O benefício deve ser pago pela Companhia até o atendimento dos requisitos necessários para que o participante possa receber o benefício através da Fundação. A Companhia provisionou o valor integral dos compromissos futuros das complementações salariais daqueles que, na data acima mencionada, exerceram os direitos da aposentadoria oficial, ajustado a valor presente pela taxa de 7% a.a.

Notas Explicativas

- (d) Processos cíveis: as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros. Com base na avaliação dos assessores jurídicos a provisão para processos cíveis é de R\$ 10.478, cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Administração da Companhia tem expectativa de que o desembolso ocorra da seguinte forma: R\$ 7.803 em até 1 ano e R\$ 2.675 em mais de 1 ano. Adicionalmente, a Companhia possui, para os casos que envolvem responsabilidade civil, seguro de cobertura destes riscos.
- (e) Processos administrativos regulatórios: A Companhia recebeu AI - Auto de Infração nº 1006/2014, relativo ao TN 017/2010, em 18 de fevereiro de 2014, decorrente de determinação da Diretoria da ANEEL – Despacho nº 2.296, no montante de R\$ 3.363, referente à fiscalização quanto à qualidade de energia no período de 2008 a 2010. A Companhia apresentou seu recurso ao AI em fevereiro de 2014. Após análise técnica, a Companhia decidiu provisionar o valor de R\$ 3.363. Em 03 de março de 2015 ao analisar o recurso administrativo do processo de re-fiscalização referente ao AI n.º 1006/2014-SFE, a Diretoria da ANEEL concluiu pelo acolhimento parcial das razões apresentadas pela Companhia, reenquadrando algumas penalidades e reduzindo a multa inicialmente aplicada de R\$3.363 para R\$ 3.139, representando uma redução de R\$223 (7%) no valor da penalidade original. Em 31 de março de 2015, após solicitação da Companhia, foi recebido da ANEEL o ofício nº. 141/2015, concedendo o parcelamento da multa relativa ao AI em 12 parcelas, iniciando em março de 2015, sendo a última parcela realizada em fevereiro de 2016.
- (f) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia está discutindo judicialmente os efeitos do Decreto 8.426/15 que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Em 01 de agosto de 2015, a Companhia obteve liminar suspendendo os pagamentos relacionados ao referido Decreto. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 31 de março de 2016, corresponde a R\$ 6.239. Em 12 de abril de 2016 foi proferida sentença desfavorável à Companhia, revogando a liminar então concedida e, como previsto, a Companhia. realizará o depósito judicial do montante provisionado. Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo seja concluído até 2023.

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 1.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Notas Explicativas

Notas	Valor estimado da Contingência	
	31.03.2016	31.12.2015
(a) Execuções e Autuações Fiscais Municipais	206	352
(b) Ações Anulatórias de Autos de Infração ICMS	15.000	15.000
(c) Processos Administrativos Fiscais Federais	2.413	6.000
(d) Autuações Estaduais	385	375
(e) Ações Cíveis - Especiais	58.277	49.159
(f) Ações Cíveis - Massa	65.492	64.056
(g) Ações de Termos de Convênio	1.494	2.054
(h) Ações Ambientais	30.000	30.000
(i) Auto de Infração nº 086/2013 - Indicadores de continuidade	6.798	6.798
(j) Auto de Infração nº 0001/2014 - Eventos climáticos	2.571	2.571
(k) Auto de Infração nº 0001/2015 - Indicadores de continuidade	21.683	21.683
(l) Auto de Infração nº 0004/2016 - Indicadores de continuidade	2.050	-
(m) Auto de Infração nº 0006/2016 - Nível de tensão	9.007	-

(a) Execuções e autuações fiscais municipais

Execuções fiscais e autuações fiscais (cuja discussão é mantida em âmbito administrativo, pré-judicial), promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos relativos ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e a Contribuições de Melhoria.

(b) Ações anulatórias de autos de infração ICMS

A Companhia recebeu Autuações Fiscais (Autos de Lançamento Fiscal), no qual a Autoridade Fiscal Estadual constitui crédito tributário contra a Companhia, pelo pretenso descumprimento de ordens judiciais exaradas nos autos de processos judiciais (Mandados de Segurança nºs 001/1.05.0355252-0 e 001/1.07.006347-5), que determinaram que houvesse incidência do ICMS em relação apenas à energia efetivamente consumida (kWh). Em suma, o fisco estadual pretendeu fazer a Companhia tributar o ICMS sobre rubrica de demanda (kW) e não sobre consumo (kWh).

Os fundamentos de defesa da Companhia são no sentido de reafirmar o estrito cumprimento da ordem judicial, sendo impossibilitada de agir em sentido diverso, por expressa vedação legal. Ainda, a Companhia ressalta em suas defesas a expressa manifestação pretérita do próprio fisco estadual no sentido de tributação do ICMS apenas sobre a energia efetivamente consumida (em kWh), em relação a outros clientes, bem como a tentativa do fisco de aplicar ordem judicial proferida em processo diverso, ao caso dos processos judiciais que originaram os autos de lançamento. Em 2013, os recursos especiais da Companhia tiveram negados os provimentos. Atualmente, a Companhia patrocina ações anulatórias dos débitos fiscais em questão (processo 001/1.13.0341421-0, relativo ao Auto de Lançamento Fiscal n. 0024482633; e, Processo 001/1.13.027.2180-2, relativo ao Auto de Lançamento Fiscal n. 0024482633). Em tais ações anulatórias se busca, inclusive, que eventual ônus tributário seja atribuído ao contribuinte de fato dos tributos (clientes), que ajuizaram as ações judiciais que

Notas Explicativas

originaram as decisões operacionalizadas e os beneficiados economicamente por tais decisões que determinaram a incidência do ICMS apenas sobre a energia efetivamente consumida/circulada.

(c) Processos administrativos fiscais federais

A Companhia efetuou compensações administrativas de tributos pagos a maior, por meio de PER/DCOMP. Tais compensações foram invalidadas pela Autoridade Fiscal, sendo que a Companhia mantém discussões administrativas relativas à existência dos créditos compensáveis e à impossibilidade de vedações administrativas para tais compensações.

(d) Autuações Estaduais

O Fisco Estadual autuou a Companhia pelo suposto descumprimento de ordens judiciais, conforme se verifica a seguir:

- Auto de Lançamento Fiscal n. 0031063438: Autoridade Fiscal constituiu crédito tributário contra a Companhia, pelo suposto descumprimento de ordem judicial exarada nos autos do processo judicial n. 047/1.09.0002267-5), movido pela empresa Plastrela Embalagens Flexíveis Ltda., que determinou que houvesse incidência do ICMS em relação apenas à energia efetivamente consumida (kWh). Em suma, o fisco estadual pretendeu fazer a Companhia tributar o ICMS sobre rubrica de demanda (kW) e não sobre consumo (kWh).

Os fundamentos de defesa da Companhia são no sentido de reafirmar o estrito cumprimento da ordem judicial, sendo impossibilitada de agir em sentido diverso, por expressa vedação legal, esclarecendo os conceitos de demanda contratada e demanda efetivamente consumida e as rubricas tributáveis pelo ICMS.

- Auto de Lançamento Fiscal n. 0023009586: Autoridade Fiscal constituiu crédito tributário contra a Companhia, pelo suposto cumprimento equivocado de ordem judicial exarada nos autos do processo judicial (n. 001/1.08.0287039-6), ajuizado por BR Tecnologia em Plásticos Industriais Ltda. Em sede liminar restou determinada a suspensão da incidência do ICMS sobre o contrato de demanda e encargo de capacidade emergencial, tendo sido a Companhia oficiada para o devido cumprimento da decisão. Contudo, segundo o fisco estadual referida decisão foi reformada pelo Tribunal de Justiça (Apelação), tendo então sido firmado o entendimento de que somente não existirá incidência do ICMS sobre a demanda reserva de potência na parte em que não houver fornecimento de energia. Assim, segundo o fisco a partir da decisão proferida pelo Tribunal deveria haver tributação sobre a rubrica de “demanda lida”.

Os fundamentos de defesa da Companhia são no sentido de reafirmar o estrito cumprimento da ordem judicial, uma vez que não foi oficiada sobre a revogação ou reforma da liminar, o que seria imprescindível tendo em vista que a Companhia não é parte no processo, tendo tão somente cumprido o quanto lhe foi determinado.

Notas Explicativas

(e) Ações cíveis – especiais

São assim chamadas as ações que contêm grande repercussão econômica e estratégica para a Companhia. Em 31 de março de 2016, haviam 220 ações especiais.

Dentre as ações especiais destacam-se o seguinte caso:

Ação Indenizatória TSM

A empresa Transformadores São Miguel – prestadora de serviço de instalação e manutenção de redes elétricas ajuizou ação em face da Companhia, requerendo a indenização de R\$ 22.537, atualizado até 31 de março de 2016, sob a alegação de que para fazer frente à expectativa de obras a serem realizadas durante a execução do contrato firmado com a Companhia realizou grandes investimentos em pessoal e equipamentos. Porém, segundo a empresa, durante o curso do contrato não houve a confirmação das expectativas de volume de obras, gerando prejuízo de receitas e o consequente encerramento das atividades da empresa. O caso encontra-se no início da fase de instrução.

(f) Ações cíveis – massa

Esta categoria de ações propostas contra a Companhia não tem relevância estratégica, individualmente consideradas, em razão dos valores requeridos pelos autores ou em virtude das teses debatidas nos casos. Em 31 de março de 2016, haviam 7.007 (7.234 em 31 de dezembro de 2015) ações de massa ajuizadas contra a Companhia.

Os assuntos de maior recorrência neste grupo dizem respeito a ações indenizatórias por falha no serviço de distribuição, acidentes com a população e fraudes.

(g) Ações de termos de convênio

Tratam-se de demandas judiciais nas quais a parte autora alega ter firmado contrato com a distribuidora de energia para a realização de obras de instalação/expansão de rede de energia elétrica (especialmente área rural), tendo contribuído financeiramente para tais obras.

A parte autora, geralmente, requer o valor da contribuição sob a alegação de que há contrato que prevê a devolução dos valores ou, nas hipóteses em que não há previsão de devolução dos valores, que a quantia investida reverterá para o patrimônio da distribuidora, devendo, portanto, ser devolvida, sob pena de enriquecimento sem causa da concessionária.

(h) Ações ambientais

A Companhia e a coligada AES Florestal estão envolvidas em um único caso relativo a passivos ambientais, localizado em uma Unidade de Tratamento de Madeira (UTM) recebida pela Companhia em novembro de 1997, após o processo de privatização da CEEE, e que foi operada pela AES até dezembro de 2005. Em fevereiro de 2006, em virtude de problemas no processo de privatização a CEEE retomou a posse do ativo.

Notas Explicativas

Durante o período em que esteve na posse da Unidade de Tratamento de Madeira (UTM) de Barreto, no município de Triunfo - RS, a Companhia identificou a existência de passivo ambiental na área da Fábrica, relativo à época em que a CEEE havia operado a UTM, decorrente de produtos químicos usados no processo produtivo. A Companhia comunicou os fatos às autoridades competentes (Ministério Público Estadual e Órgão Ambiental Estadual - FEPAM).

Após a comunicação da existência do passivo, o Ministério Público Estadual instaurou um Inquérito Civil nº 24/2005, que instruiu Ação Civil Pública ajuizada em 13 de março de 2008 em face da CEEE, CEEE-D, a Companhia e a coligada AES Florestal (empresas que operaram a Fábrica até a descoberta do passivo ambiental).

Antes do ajuizamento da Ação Civil Pública pelo Ministério Público foi contratada uma empresa de consultoria ambiental para dar continuidade aos estudos ambientais, estruturando todos os documentos e avaliações ambientais que foram desenvolvidos.

Adicionalmente ao estudo técnico, o trabalho da empresa de consultoria envolveu a realização dos planos de contenção da contaminação através da remoção dos focos ativos de contaminação. Estes planos são compostos por atividades técnicas a serem desenvolvidas e cronograma físico-financeiro. O valor estimado para a realização do plano de contenção da contaminação, previsto no relatório técnico foi de R\$ 29.380.

Em outubro de 2011, foi deferida medida liminar exclusivamente contra a CEEE determinando a contenção e remoção dos focos de contaminação. Em 18 de outubro de 2012, mediante inspeção na área pelo perito designado pelo Juiz, acompanhado do assistente técnico e dos assessores jurídicos da Companhia, foi possível constatar que a empresa contratada pela CEEE iniciou efetivamente os trabalhos de contenção e remoção do passivo ambiental. Diante deste fato, os assessores jurídicos da AES Sul emitiram parecer legal entendendo pela probabilidade de perda possível do caso.

Estima-se, com base nos documentos analisados pelos técnicos da Companhia, que o custo da contenção e remoção do passivo ambiental realizado pela CEEE, foi de R\$ 60.000. Portanto, o risco total envolvido para as empresas da AES envolvidas no caso é de R\$ 60.000, sendo cabíveis 50% deste valor (R\$ 30.000) para a Companhia e 50% (R\$ 30.000) para a AES Florestal. Os trabalhos foram encerrados pela CEEE em maio de 2014.

Em 31 de março de 2016, a ação encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão da perícia judicial.

(i) Auto de Infração 086/2013 - ANEEL

A Companhia recebeu em 14 de novembro de 2013 o Auto de Infração nº 086/2013- SFE – TN 202/2012, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos e das compensações financeiras devidas aos consumidores, para o ano de 2011, no montante de R\$ 8.337. A Companhia manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 27 de novembro de 2013. Em 13 de outubro de 2015, a diretoria da ANEEL concluiu pelo acolhimento parcial das razões apresentadas pela AES SUL, reduzindo o valor da penalidade para R\$ 6.798. Em 20

Notas Explicativas

de outubro de 2015 a Companhia ajuizou ação ordinária na Justiça Federal de Brasília, visando à anulação da multa de R\$ 6.798, e medida liminar para suspender a exigibilidade da multa até o julgamento de mérito do caso. Em 23 de outubro de 2015, foi deferida a liminar em favor da Companhia. Em 23 de novembro de 2015, a ANEEL apresentou sua contestação na ação judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que as chances de êxito da Companhia no caso são possíveis.

(j) Auto de Infração 0001/2014 - ANEEL

A Companhia recebeu, em 05 de maio de 2014 o Auto de Infração nº 0001/2014- AGERGS-SFE – TN 0001/2014, em virtude dos eventos climáticos ocorridos em fevereiro de 2014, no montante de R\$ 2.660. Em dezembro de 2014, foi proferida a resolução decisória nº 113/14 da AGERGS. Nesse contexto, a decisão AGERGS deu parcial provimento ao recurso, reduzindo o valor da penalidade para R\$ 2.571, atualizado até 31 de março de 2016. Processo foi remetido para ANEEL, onde aguarda pela análise do recurso apresentado.

(k) Auto de Infração 0001/2015 - ANEEL

A Companhia recebeu, em 02 de junho de 2015 o Auto de Infração nº 0001/2015- AGERGS-SFE – TN 0008/2014, em virtude de indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2013, no montante de R\$ 21.683 atualizado até 31 de março de 2016. A Companhia manifestou-se tempestivamente sobre o AI em 15 de junho de 2015 e aguarda pela análise do recurso apresentado.

(l) Auto de Infração 0004/2016 – ANEEL

A Companhia recebeu, em 30 de março de 2016 o Auto de Infração nº 0004/2016 - AGERGS-SFE – TN 0011/2015, em relação ao processo de Tratamento das Reclamações dos Níveis de Tensão - RNT, dos anos de 2013 e 2014, no montante de R\$ 2.050. Em 11 de abril de 2016, a Companhia apresentou as razões de recurso ao Auto de Infração à Agencia Reguladora Estadual – AGERGS. O citado recurso ainda está pendente de julgamento.

(m) Auto de Infração 0006/2016 – ANEEL

A Companhia recebeu, em 31 de março de 2016 o Auto de Infração nº 0006/2016 - AGERGS-SFE – TN 0009/2015, referente ao processo de fiscalização dos expurgos nos indicadores de continuidade individuais e coletivos para o ano de 2014 (avaliação do processo de coleta de dado e apuração dos indicadores individuais e coletivos, bem como pagamento de compensações financeiras relacionadas às transgressões dos índices) no montante de R\$ 9.007. Em 13 de abril de 2016, a Companhia apresentou as razões de recurso ao Auto de Infração à Agencia Reguladora Estadual – AGERGS. O citado recurso ainda está pendente de julgamento.

Notas Explicativas

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

Em 31 de março de 2016, a Companhia possui cartas de fiança, seguros garantia para processos judiciais. As principais cartas de fiança da Companhia estão demonstradas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	2	20.527	0,38% a 0,40%
Cível	8	177.158	0,38% a 2,75%
Trabalhista	3	5.108	0,39% a 0,50%

19. Encargos setoriais

	31.03.2016	Reclassificado 31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
Ministério de Minas e Energia - MME	265	739
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	530	1.477
Eficiência energética	13.795	11.568
Pesquisa e desenvolvimento	4.508	5.210
Conta de desenvolvimento energético - CDE (i)	46.254	66.706
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária - CCRBT (ii)	22.058	44.058
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	241	242
Outros encargos	35	419
Total	87.686	130.419
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Eficiência energética	22.177	20.973
Pesquisa e desenvolvimento	7.602	5.583
Total	29.779	26.556

- (i) De acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.018, de 02 de fevereiro de 2016, foram definidas novas quotas para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE USO devidas pelas concessionárias de distribuição de energia para o ano de 2016. A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015, definiu quotas para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Energia até 31 de março de 2016. A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.863 de 31 de março de 2015 definiu as quotas para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ACR até 31 de março de 2016.
- (ii) Do total de R\$ 22.057, o montante de R\$ 12 refere-se à competência de fevereiro de 2016 e foi liquidado no dia 4 de abril de 2016. O saldo remanescente de R\$ 22.046 refere-se ao montante faturado e não faturado da competência de março de 2016. Para maiores detalhes sobre as bandeiras tarifárias, vide nota explicativa nº 23.

Notas Explicativas

20. Outras obrigações

	Reclassificado	
	31.03.2016	31.12.2015
<u>CIRCULANTE</u>		
Taxas de iluminação pública	12.500	11.658
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica - nota explicativa nº 33.1	42.949	41.712
Consumidores-Compensação indicadores de continuidade	12.683	14.321
Adiantamento/crédito de clientes	1.154	1.143
Bônus Itaipu	11	11
Consignações	1.096	1.306
Cauções em garantia - Fornecedores	1.756	1.702
Subsídios Eletrobrás - Diferença de Repasse	14.630	22.370
Prêmio Debenturistas	-	6.500
Transferências de créditos de ICMS (*)	14.000	21.840
Outras	8.191	7.212
Total	108.970	129.775
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Cauções em garantia - Fornecedores	97	115
Subsídios Eletrobrás - Diferença de Repasse	-	7.860
Outros	321	383
Total	418	8.358

(*) A Companhia efetuou compra de créditos de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, adquiridos de terceiros, em consonância com o Artigo 57 e 58 do Livro I do RICMS/RS (Decreto nº 37.699/97) e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda – SEFAZ. A Companhia contratou seguro garantia no valor de R\$ 30.000 para estes créditos.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.500.000. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações ordinárias e/ou preferenciais de uma ou mais classes, guardando ou não proporção com as espécies e classes existentes. O preço de emissão das ações para aumento de capital deverá ser fixado pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme as respectivas competências legais, sendo facultado a este delegar poderes ao Conselho de Administração.

Em 26 de fevereiro de 2016, a Companhia obteve aumento de capital no valor de R\$ 295.455 com a emissão de 89.308 novas ações, nominativas e sem valor nominal, das quais 68.506 foram ações ordinárias e 20.802 foram ações preferenciais, a serem subscritas privadamente pelo preço de emissão de R\$ 3.308 por ação ordinária e preferencial.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016 o capital social de R\$ 758.690 (R\$ 463.236 em 31 de dezembro de 2015), está representado por 377.674 (288.366 em 31 de dezembro de 2015) ações sem valor nominal, das quais 289.705 (221.199 em 31 de dezembro de 2015) são ordinárias e 87.969 (67.167 em 31 de dezembro de 2015) são preferenciais.

Cada ação ordinária terá direito a um voto na Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm (i) prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia e (ii) direito a receber dividendos não cumulativos de no mínimo 6% da parte do capital social integralizado própria a essa espécie de ações. As ações preferenciais adquirirão direito a voto caso os dividendos não sejam pagos durante 3 exercícios sociais.

21.2 Composição acionária

	31.03.2016		31.12.2015	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Em Circulação:				
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda	288.895	100	220.389	100
Total em circulação	288.895	100	220.389	100
Em tesouraria				
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda	810	100	810	100
Total em tesouraria	810	100	810	100
Total das ações	289.705	100	221.199	100
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%
Em Circulação:				
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda	87.964	100	67.162	100
Total em circulação	87.964	100	67.162	100
Em tesouraria				
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda	5	100	5	100
Total em tesouraria	5	100	5	100
Total das ações	87.969	100	67.167	100

21.3 Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes relacionados à perda atuarial do plano de pensão apresenta um saldo negativo de R\$ 25.716 (R\$ 23.950 em 31 de dezembro de 2015), líquido de imposto de renda e contribuição social.

21.4 Dividendos a pagar (Passivo não circulante)

Em 31 de março de 2016, o saldo de R\$ 412.848 (R\$ 412.848 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos dividendos dos exercícios de 2007 a 2010 pendentes de pagamento por força das restrições contidas no Despacho nº 1.580/2005 da ANEEL (retenção de dividendos do

Notas Explicativas

acionista controlador) e Cláusulas do Contrato de Penhor de Ações, firmado em conjunto com a emissão das Cédulas de Crédito Bancário junto à instituição financeira Itaú Unibanco.

A Companhia considera que as condições do despacho acima foram satisfeitas pela retenção dos dividendos destinados até o exercício de 2010, portanto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia passou a distribuir dividendos em favor dos seus acionistas.

22. Resultado por ação

	31.03.2016	31.03.2015
Numerador:		
Prejuízo líquido do período	(21.561)	(9.611)
Denominador (quantidade de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	232.617	213.433
Média ponderada do número de ações preferenciais em circulação	68.901	65.050
Prejuízo por ação (R\$ por ação)		
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	(71,5084)	(34,5120)
Prejuízo básico e diluído por ação preferencial	(71,5084)	(34,5120)

A Companhia obteve um aumento de 68.506 em ações ordinárias e 20.802 em ações preferenciais – vide nota explicativa nº 21.1.

A tabela a seguir apresenta o cálculo da média ponderada do número de ações em circulação:

		Ações ordinárias	Quantidade de meses vigentes	Média ponderada proporcional aos meses vigentes
1º de janeiro de 2016	Saldo no início do ano	221.199	12	221.199
26 de fevereiro de 2016	Emissão de novas ações	68.506	2	11.418
31 de março de 2016	Saldo final do período	289.705		232.617

		Ações preferenciais	Quantidade de meses vigentes	Média ponderada proporcional aos meses vigentes
1º de janeiro de 2016	Saldo no início do ano	67.167	12	67.167
26 de fevereiro de 2016	Emissão de novas ações	20.802	1	1.734
31 de março de 2016	Saldo final do período	87.969		68.901

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito de diluição na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation,

Notas Explicativas

além de o valor ser considerado imaterial para fins de cálculo. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados.

23. Receita operacional líquida

	31.03.2016			Reclassificado		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	1.104.157	760.009	581.690	1.090.754	779.744	409.771
Industrial	7.511	405.411	246.065	7.802	450.751	187.528
Comercial	85.045	358.239	269.122	85.300	374.534	189.140
Rural	105.522	521.325	150.042	106.035	563.123	113.503
Poder público	9.142	53.357	39.230	8.986	55.288	27.985
Iluminação pública	111	55.660	21.979	110	52.444	15.092
Serviço público	985	52.574	33.433	993	55.032	22.122
Remuneração do ativo financeiro	-	-	23.449	-	-	18.668
Transferência para atividade de distribuição	-	-	(584.486)	-	-	(395.855)
Subtotal - Fornecimento	1.312.473	2.206.575	780.524	1.299.980	2.330.916	587.954
Outras						
Pis/Cofins diferença de alíquota	-	-	(813)	-	-	(26.355)
Ativo financeiro setorial, líquido - nota explicativa nº32	-	-	(196.618)	-	-	203.871
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda	-	-	(2.888)	-	-	(3.075)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos	-	-	(5.520)	-	-	(4.147)
Não faturado	-	-	(11.191)	-	-	54.962
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	63	234.375	27.810	58	253.549	12.832
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - TUSD	-	-	(120)	-	-	(104)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos TUSD	-	-	(401)	-	-	(457)
Transferência para atividade de distribuição	-	-	584.486	-	-	395.855
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	2.250	-	-	920
Energia no curto prazo	-	72.322	563	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	3	19.647	5.691	3	20.385	4.989
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - Suprimento	-	-	(1)	-	-	-
Receita de construção	-	-	67.788	-	-	59.492
Subvenção de recursos da CDE (*)	-	-	84.313	-	-	59.750
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	22.799	-	-	12.882
Receita de serviços taxados	-	-	591	-	-	500
Outras receitas	-	-	5.100	-	-	6.320
Receita operacional bruta	1.312.539	2.532.919	1.364.363	1.300.041	2.604.850	1.366.189
Deduções a receita bruta						
Encargo de capacidade emergencial	-	-	2	-	-	-
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(6.023)	-	-	(7.379)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(138.760)	-	-	(58.341)
Encargos do consumidor - Proinfa	-	-	(1.489)	-	-	(1.522)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	(725)	-	-	(585)
Encargos Consumidor Repasse Recursos a CCRBT	-	-	(59.834)	-	-	(74.451)
ICMS	-	-	(328.198)	-	-	(203.848)
Cofins - corrente	-	-	(107.895)	-	-	(76.543)
Pis - corrente	-	-	(23.425)	-	-	(16.615)
Deduções a receita a bruta	-	-	(666.347)	-	-	(439.284)
Receita operacional líquida	1.312.539	2.532.919	698.016	1.300.041	2.604.850	926.905

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica “Repasse CDE – descontos na tarifa” – nota explicativa nº 10.

Notas Explicativas

Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

No trimestre findo em 31 de março de 2016, os valores adicionados à tarifa de energia pelas bandeiras amarela e vermelha foram de R\$ 15,00/MWh e R\$ 30,00/MWh, respectivamente

A bandeira tarifária vigente nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 foi vermelha, passando a amarela em março de 2016, quando a Companhia registrou os seguintes montantes:

Competência	Bandeiras tarifárias				
	Valores faturados	Valores não faturados	Recebimentos da CCRBT	Repasse à CCRBT	Valor de cobertura de custos da Companhia (**)
Janeiro/2016	28.711	(17.532)	28.702	(9)	28.702
Fevereiro/2016	26.609	-	26.598	(12)	26.597
Março/2016 ^(*)	16.205	5.841	-	-	-
Total	71.525	(11.691)	55.300	(21)	55.299

(*) Para a competência de dezembro, a Companhia não efetuou estimativa dos custos a serem cobertos pela CCRBT por não possuir histórico de repasses.

(**) A diferença de R\$ 24.662 entre o valor da cobertura de custos e os recebimentos de bandeiras tarifárias, informados na nota explicativa nº 32, refere-se aos montantes da liquidação da competência de dezembro de 2015, homologada pela ANEEL em janeiro de 2016.

A Companhia reteve os superávits da CCRBT no montante de R\$ 118.063, referente às competências de outubro de 2015 a fevereiro de 2016. Este montante deverá ser devolvido no processo tarifário subsequente ou será considerado para apurar o déficit em meses deficitários. Este superávit retido pela Companhia refere-se principalmente à cobertura de ESS e está contabilizado como dedução do “ativo financeiro setorial, líquido” – nota explicativa nº 32.

Notas Explicativas

Competência	Custo total	Custo Coberto pelas Bandeiras	Saldo superavitário das Bandeiras
Acumulado até Dezembro/2015	(338.425)	362.776	24.351
Janeiro/2016	14.852	28.702	43.554
Fevereiro/2016	23.560	26.598	50.158
	(300.013)	418.076	118.063

Caso ocorram custos não cobertos pelas bandeiras tarifárias no ciclo atual, estes serão zerados após seu reconhecimento no processo de reajuste tarifário subsequente.

24. Custo do serviço de energia elétrica

	MWh		R\$	
			Reclassificado	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	496.110	490.957	(100.142)	(122.901)
Angra I e II	88.682	90.050	(18.431)	(14.229)
Compra de Energia Elétrica de Curto Prazo	160.076	470.955	(5.255)	(172.923)
Compra - CCEAR	1.343.366	1.607.108	(272.223)	(399.874)
Cotas de garantia física	597.928	47.790	(29.995)	(1.378)
Risco hidrológico	-	-	(459)	(7.615)
(-) Operações com Energia - Ressarcimento de Leilões de Energia	-	-	6.192	14.177
(-) Repasse CDE - Custo de energia	-	-	-	5.531
MCSD - Trocas livres	1.549	133	(386)	38
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	38.837	65.583
Subtotal	2.687.712	2.706.993	(381.862)	(633.591)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfã	44.317	201.133	(16.284)	(12.138)
Total	2.732.028	2.908.126	(398.146)	(645.729)
			31.03.2016	31.03.2015
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:				
CEEE conexão			(6.051)	(4.727)
Eletrosul conexão			(752)	(514)
Itaipu transporte			(2.463)	(1.949)
Rede básica			(38.259)	(43.849)
Encargos uso rede elétrica - ESS			(31.035)	(24.073)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo			-	2.485
(-) Recursos financeiros da Conta Energia de Reserva - CONER (i)			-	4.785
Tarifas de transmissão - CUSD RGE			(1.360)	(757)
Encargo de energia de reserva - EER			(11.707)	-
(-) Créditos PIS/Cofins			8.474	6.346
Total			(83.153)	(62.253)

(i) Recursos financeiros da Conta Energia de Reserva – CONER

A Resolução Normativa nº 613, de 20 de maio de 2014 definiu que os recursos financeiros da CONER deverão ser destinados à restituição, aos usuários de energia de reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER, quando existirem. A restituição se dará por meio de crédito aos usuários nas liquidações financeiras pela CCEE.

Notas Explicativas

Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, diversas associações - Abraceel, Apine, Abragel, Abraget, Única e Abeoólica - conseguiram liminares excluindo seus associados do rateio deste custo, isentando-os do pagamento. Em decorrência da disputa judicial, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica efetuou as liquidações financeiras, atribuindo o referido custo para a categoria consumo, dentre eles, as distribuidoras.

Em 31 de março de 2016, a liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Desta forma a Companhia reconhece o custo de ESS energético de acordo com as liquidações financeiras da CCEE.

25. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

	MWh		R\$	
	31.03.2016	31.03.2015	31.03.2016	31.03.2015
<u>Compras</u>				
Ajustes divulgados pela CCEE no valor da compra de energia referente a exercícios anteriores	-	-	-	(49)
Compra de energia elétrica referente ao período	-	(346.822)	-	(124.651)
Compra estimada (*)	(160.076)	(124.132)	5.255	(48.223)
Total compra energia elétrica de curto prazo - nota nº 24	(160.076)	(470.954)	5.255	(172.923)
<u>Vendas</u>				
Venda estimada (**)	72.322	-	(563)	-
Total venda energia elétrica de curto prazo - nota nº 23	72.322	-	(563)	-

(*) compra estimada referente aos períodos de janeiro e fevereiro.

(**) venda estimada referente ao período de março.

Notas Explicativas

26. Outros custos

	Reclassificado	
	31.03.2016	31.03.2015
Baixa do ativo financeiro de concessão	55	(1.573)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(1.015)	(1.223)
Arrendamento e aluguéis	(4.504)	(488)
Publicidade	(54)	(109)
Seguros	(337)	(245)
Tributos - IPTU	(248)	(192)
ONS e ASMAE	(271)	(273)
Mensalidades	(129)	(148)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	(8.465)	(4.454)
Outros	(299)	(951)
Total	(15.267)	(9.656)

(*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

Notas Explicativas

27. Resultado financeiro

	Reclassificado	
	31.03.2016	31.03.2015
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	3.437	3.820
Multas, atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	17.408	12.113
Multas contratuais	3.191	2.008
Subvenções governamentais	541	714
Atualização de créditos tributários	541	585
Atualização de depósitos judiciais	198	289
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos - nota explicativa nº 32	11.599	4.713
Outras	1.050	2
Total	37.965	24.244
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures em moeda nacional	(63.700)	(41.393)
Outros encargos	(412)	(48)
Subvenções governamentais	(541)	(714)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(1.368)	(791)
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso (*)	983	997
Cartas fiança e seguro garantia	(1.380)	(1.021)
Atualização monetária - Despacho nº 288 - nota explicativa nº 33	(4.640)	(2.861)
Atualização de processos judiciais e outros	(365)	(1.648)
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	572	(314)
Outras	(2.828)	(806)
Total	(73.679)	(48.599)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Variações cambiais - Itaipu	822	(10.466)
Variações cambiais - Outras	111	(121)
Total	933	(10.587)
Total do resultado financeiro	(34.781)	(34.942)

(*) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 12,01% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (12,00% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), sobre os ativos intangíveis qualificáveis.

Notas Explicativas

28. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	31.03.2016		31.03.2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	-	-	-	-
Diferidos	8.124	2.945	2.777	997
Total	8.124	2.945	2.777	997
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(32.630)	(32.630)	(13.385)	(13.385)
Adições (exclusões):				
Despesas não dedutíveis	103	103	27	27
Contribuições e doações não dedutíveis	45	45	253	253
Multas indedutíveis	-	-	-	-
Outros	19	19	-	-
Total das adições (exclusões)	167	167	280	280
Base de cálculo	(32.463)	(32.463)	(13.105)	(13.105)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	8.116	2.922	3.276	1.179
Incentivos fiscais (PAT/Rouanet)	-	-	-	-
Ajustes de bases anteriores - outros	8	23	(499)	(182)
Total da despesa (receita) com tributos	8.124	2.945	2.777	997
Alíquota efetiva	24,9%	9,0%	20,7%	7,4%

Notas Explicativas

29. Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation.

29.1 As principais transações e saldos entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.03.2016	31.12.2015
Passivo Circulante		
Fornecedores:		
AES Big Sky - Fornecedores (a)	1.241	903
AES Eletropaulo - Sublocação (b)	10	15
	1.251	918
Dividendos a pagar:		
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda - Dividendos	215.019	215.019
	215.019	215.019
Passivo Não Circulante		
Dividendos a pagar:		
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda - Dividendos	412.848	412.848
	412.848	412.848
Total do passivo com partes relacionadas	629.118	628.785
	31.03.2016	31.03.2015
Resultado		
Serviços de terceiros:		
AES Big Sky (a)	(418)	(218)
	(418)	(218)
Outras receitas e custos:		
AES Eletropaulo - Sublocação (b)	(25)	(32)
	(25)	(32)
Total do resultado com partes relacionadas	(443)	(250)

- (a) As operações com a AES Big Sky correspondem aos contratos de licença e manutenção de uso do software SAP e prestação de serviços de gerenciamento e administração da plataforma SAP, incluindo hospedagem no data center, suporte, gerenciamento de rede, correio eletrônico e determinadas tarefas correlacionadas. As operações com a AES Big Sky foram aprovadas pela ANEEL por meio dos Despachos nºs 1.526/2012 e 245/2013.
- (b) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrados entre a AES Eletropaulo (Sublocadora) e AES Sul (Sublocatária), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação com a AES Eletropaulo por meio do Despacho nº 2.804/2012.

Notas Explicativas

- (c) A Companhia assinou Contrato de Prestação de Serviços de Arrecadação de Valores e Propaganda ou Publicidade e outras Avenças em Fatura de Energia entre a Companhia e a AES Serviços TC Ltda. O contrato tem vigência de 4 (quatro) anos, contados a partir de 01 de dezembro de 2015, e seu preço total estimado é de R\$ 9.500. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 3.884/2015 (não houve transações para o trimestre findo em 31 de março de 2016).

29.2 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia divulga a remuneração da alta administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015 a remuneração foi conforme segue:

	31.03.2016	31.03.2015
Benefícios de curto prazo (a)	1.088	878
Benefícios pós-emprego (b)	19	11
Outros benefícios de longo prazo (c)	68	-
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	539	-
Remuneração baseada em ações (d)	19	15
Total	1.733	904

- (a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- (b) Compostos por pensões e outros benefícios de aposentadoria;
- (c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- (d) Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation

A remuneração da administração da Companhia é aprovada pelos seus acionistas em Assembleia, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

30. Seguros

Em 31 de março de 2016, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência		Importância segurada R\$ mil
	de	até	
Responsabilidade civil	01/04/16	01/04/17	RS 30.000
Riscos ambientais	01/04/16	01/04/17	RS 10.000
Responsabilidade civil de executivos	01/04/16	01/04/17	RS 10.000
Riscos operacionais	01/01/16	01/01/17	RS 3750.000
Frota veículos - RCF	01/04/16	01/04/17	RCFV Garantia Única R\$ 1.000 - Valor de mercado de referência
Vida em grupo	01/01/16	01/01/17	25 X salário limitado a R\$ 1.833

Notas Explicativas

O seguro de frota de veículos é contratado individualmente pela Companhia. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

31.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber – acordos (nota explicativa nº 8);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 18);
- f) Ativo financeiro da concessão (nota explicativa nº 11);
- g) Ativo e passivo financeiro setorial, líquido (nota explicativa nº 32);
- h) Fornecedores (nota explicativa nº 13);
- i) Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 15);
- j) Subvenções governamentais;
- k) Encargos setoriais (nota explicativa nº 19);
- l) Dividendos a pagar;

31.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	31.03.2016		Reclassificado 31.12.2015		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	20.424	20.424	22.302	22.302	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	177.333	177.333	58.237	58.237	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	683.159	683.159	691.644	691.644	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	49.955	49.955	48.409	48.409	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	38.570	38.570	38.089	38.089	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	876.480	876.480	824.738	824.738	Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativo financeiro setorial, líquido	164.184	164.184	329.794	329.794	Empréstimos e recebíveis
Total	2.010.105	2.010.105	2.013.213	2.013.213	
PASSIVO (circulante e não circulante)					
Fornecedores	484.505	484.505	574.774	574.774	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	53.361	53.361	107.740	107.740	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	1.127.673	1.209.913	1.277.833	1.349.679	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	20.644	20.644	16.045	16.045	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos setoriais	117.465	117.465	156.975	156.975	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	5.980	5.980	6.521	6.521	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial, líquido	101.068	101.068	-	-	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos a pagar	627.867	627.867	627.867	627.867	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	2.538.563	2.620.803	2.767.755	2.839.601	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas.

Notas Explicativas

CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro da concessão, a Companhia mensura o valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso ocorra alguma mudança no WACC Regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. Em 31 de março de 2016, a Companhia concluiu que não há diferenças entre essas taxas.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no trimestre findo em 31 de março de 2016.

31.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	31.03.2016				31.12.2015			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO (circulante e não circulante)								
Caixa e equivalentes de caixa	20.424	20.424	-	-	22.302	22.302	-	-
Investimentos de curto prazo	177.333	-	177.333	-	58.237	-	58.237	-
Ativo financeiro da concessão	876.480	-	876.480	-	824.738	-	824.738	-
Total - Ativo	1.074.237	20.424	1.053.813	-	905.277	22.302	882.975	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2016, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

Notas Explicativas

31.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação a de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A eficácia dos controles chaves implementados pela Companhia para garantir a exatidão das informações contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação . O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as informações contábeis e os controles associados, o terceiro os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a Lei Norte Americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações Contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (a) contas a receber de clientes; e (b) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Notas Explicativas

Contas a receber

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato da concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* nas principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferiores a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2016 é:

	31.03.2016
Caixa e equivalentes de caixa	20.424
Investimentos de curto prazo	177.333
Consumidores, concessionárias e permissionárias	683.159
Contas a receber - acordos	49.955
Total da exposição	930.871

Notas Explicativas

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Trimestre findo em 31 de março de 2016	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	348.635	-	-	135.870(*)	-
Empréstimos e financiamentos	50.656	-	-	-	-
Debêntures	-	217.074	457.530	1.168.495	-
Arrendamento financeiro	1.666	4.998	3.730	10.250	-
Encargos setoriais (CDE, CCRBT e TFSEE)	68.553	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	215.019	-	-	412.848
Total	469.510	437.091	461.260	1.314.615	412.848

(*) Montante relacionado a CCEE a pagar, conforme descrito na nota explicativa nº 33.1. De acordo com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de março de 2016.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Gestão de Capital

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

Notas Explicativas

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	31.03.2016	31.12.2015
Empréstimos e financiamentos	53.361	107.740
Debêntures	1.127.673	1.277.833
Arrendamento financeiro	20.644	16.045
Caixa e equivalentes de caixa	(20.424)	(22.302)
Investimentos de curto prazo	(177.333)	(58.237)
Dívida líquida	1.003.921	1.321.079
Patrimônio líquido	1.206.909	934.762
Dívida líquida / Patrimônio líquido	83%	141%

Do endividamento financeiro total em 31 de março de 2016, 13,5% era de curto prazo, (96,6% em dez/2015) e o prazo médio era de 2,7 anos (1,7 anos em dez/15), conforme reclassificação efetuada de dívidas de Debêntures do curto para o longo prazo em função da reestruturação das debêntures.

Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do CDI, IGPM e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de março de 2016.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data de 31 de março de 2016 é:

	31.03.2016
Investimentos de curto prazo	177.333
Empréstimos e financiamentos	(12.474)
Debêntures	(1.162.274)
Total da exposição líquida	(997.415)

Notas Explicativas

Os montantes de empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima estão relacionados somente às dívidas indexadas ao CDI e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2016, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de março de 2016, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.03.2016	Projeção receitas financeiras - 1 Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,94%	10,41%	13,89%	17,36%	20,83%
Investimentos de curto prazo	CDI	177.333	12.307	18.460	24.623	30.785	36.938
Subtotal		177.333	12.307	18.460	24.623	30.785	36.938

Dívidas	Taxa de juros	Posição em 31.03.2016	Projeção despesas financeiras - 1 Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,94%	10,41%	13,89%	17,36%	20,83%
Debêntures - 2ª emissão	CDI + 3,75% a.a.	(283.971)	(23.511)	(33.491)	(43.472)	(53.452)	(63.433)
Debêntures - 3ª emissão - 1ª Série	CDI + 2,40% a.a.	(101.245)	(9.628)	(13.226)	(16.825)	(20.424)	(24.023)
Debêntures - 3ª emissão - 2ª, 3ª e 4ª Série	CDI + 3,75% a.a.	(777.058)	(93.420)	(121.675)	(149.930)	(178.185)	(206.439)
IGP-M			3,57%	5,36%	7,14%	8,93%	10,71%
Consumidores	IGPM + 6,00% a.a.	(5.440)	(532)	(635)	(738)	(841)	(944)
TJLP			3,75%	5,63%	7,50%	9,38%	11,25%
FINEP	TJLP	(7.034)	(738)	(879)	(1.019)	(1.160)	(1.300)
Subtotal		(1.174.748)	(127.829)	(169.906)	(211.984)	(254.062)	(296.139)
Total da exposição líquida		(997.415)	(115.522)	(151.446)	(187.361)	(223.277)	(259.201)

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo financeiro setorial líquido).

Notas Explicativas

Risco de preço

(i) Reajuste tarifário de 2016

Em 12 de abril de 2016, por meio da Resolução Homologatória nº 2.059/2016, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de -0,34% (efeito médio a ser percebido pelo consumidor), a ser aplicado nas tarifas da Companhia a partir de 19 de abril de 2016.

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário Anual 2016		
Parcela A	Encargos Setoriais	0,38%
	Energia Comprada	-3,74%
	Custos de Transmissão	-0,39%
	Parcela A	-3,75%
Parcela B		1,86%
Reajuste Econômico		-1,89%
Efeito dos Componentes Financeiros do Reajuste Atual		5,83%
CVA Total		8,27%
Neutralidade Encargos		2,37%
Reversão RTE 2015		-5,29%
Outros Financeiros		0,48%
Retirada dos Financeiros do Reajuste Anterior		-4,28%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores		-0,34%

Desta forma as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário de 2016, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

A Parcela A foi reajustada em -4,57%, representando -3,75% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

Encargos Setoriais – Os encargos setoriais tiveram uma variação de +1,55% em relação ao reajuste tarifário de 2015, principalmente devido à queda da quota da CDE e aumento dos Encargos de Serviços de Sistema, representando +0,38% no reajuste econômico.

Energia Comprada – A diminuição foi de -7,25% em relação ao reajuste anterior, motivada principalmente pela queda da tarifa em dólar de Itaipu, que recuou 32%, além da finalização do contrato do 18º Leilão de Ajuste e entrada de novas cotas de garantia física. A diminuição da compra de energia representou -3,74% no reajuste econômico; e

Encargos de Transporte – A queda de -6,36% decorre das tarifas de transmissão publicadas pela ANEEL para o ciclo 2015-2016 e repassadas neste reajuste, representando -0,39% no reajuste econômico.

Notas Explicativas

Parcela B

O índice de reajuste da Parcela B foi de +10,43%, que representa uma participação de +1,86% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 11,56% no período de 12 meses findos em 30 de março de 2016, e
- Fator X de 1,12%, composto por:
 - X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,12%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo;
 - X-Q (qualidade do serviço) de 0,00%, decorrente da evolução da qualidade do serviço prestado em 2015 quando comparado ao ano de 2014; e
 - X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de Debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

(c.3) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2016 consiste nos seguintes componentes; Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEARs) será estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos em relação ao início do

Notas Explicativas

suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo repassados às tarifas. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação, há instrumentos previstos na regulamentação tais como leilões de ajuste, MCS (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, (iii) outras variações de mercado e (iv) o reconhecimento de sobrecontratação involuntária decorrente da aquisição de energia elétrica em quantidade superior à constante da declaração de necessidade de compra apresentada pela distribuidora nos leilões e decorrente da alocação de cotas de garantia física e de potência das usinas hidrelétricas acima do montante de reposição.

A estratégia para contratação de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Em abril de 2016 a Companhia passou pelo reajuste tarifário anual que possibilitou em novo ajuste tarifário para cobertura dos custos de compra de energia.

A crise econômica e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado significativa e considerando que o nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos, a Companhia projeta encerrar o ano de 2016 com um nível de contratação de 116,92%, porém com o reconhecimento de 5,45% como sobrecontratação involuntária, nos termos da Resolução Normativa nº 706 de 26 de março de 2016 (cotas acima do montante de reposição), resultando em uma projeção de sobrecontratação de 110,78%. Considerando que o repasse da sobrecontratação é limitado a 5% da energia anual requerida regulatória da concessionária, a diferença não repassada à tarifa do consumidor é absorvida pela

Notas Explicativas

concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactaram significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

Embora o aumento de custo de energia e dos encargos setoriais sejam repassados para a tarifa, caso ocorram em momentos distintos, há a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro. Como forma de mitigar o impacto negativo no fluxo de caixa da distribuidora, em novembro de 2015 a AES Sul entrou com pedido de Revisão Tarifária Extraordinária, porém o pedido foi negado pela ANEEL. Uma das justificativas para não proceder com a revisão extraordinária foi o aperfeiçoamento do sistema de bandeiras tarifárias para 2016, instaurada pela Audiência Pública 81/2015. O resultado desta audiência pública foi homologado em janeiro de 2016 com a inclusão de um novo patamar de bandeira vermelha e o ajuste dos valores de cada bandeira que desde fevereiro de 2015 vem cobrindo toda ou parte da exposição no mercado de curto prazo da distribuidora oriunda de exposição involuntária, o custo do Encargo de Serviço do Sistema – ESS, o custo da geração dos contratos térmicos e o Risco Hidrológico das Cotas e de Itaipu.

32. Ativo e passivo financeiro setorial, líquido

A Companhia aplicou prospectivamente o OCPC 08 – Reconhecimento de determinados ativos e/ou passivos das distribuidoras de energia elétrica – a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Segue abaixo a composição do saldo do ativo financeiro setorial, líquido e a composição por ciclo tarifário:

Notas Explicativas

	31.03.2016			31.12.2015				
	Ativo	Passivo	Ativo líquido apresentado no Balanço Patrimonial	Itens em Amortização (19.04.2015 até 18.04.2016)	Itens em Constituição (19.04.2016 até 18.04.2017)	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo) líquido apresentado no Balanço Patrimonial
CIRCULANTE								
Itens da Parcela A:								
Transporte de energia pela rede básica	2.509		2.509	2.509	-	14.026	-	14.026
Compra de energia elétrica	180.078		180.078	180.078	-	241.035	-	241.035
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(68.292)	(68.292)	(68.292)	-	-	(83.999)	(83.999)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	122.453		122.453	122.453	-	118.775	-	118.775
Proinfa	4.250	(19)	4.231	4.231	-	15	(65)	(50)
Transporte de energia - Itaipu	3.446		3.446	3.446	-	2.545	-	2.545
Total dos itens da Parcela A	312.736	(68.311)	244.425	244.425	-	376.396	(84.064)	292.332
Outros componentes financeiros da tarifa								
Fator Xe	-	(2.615)	(2.615)	(2.615)	-	-	(2.615)	(2.615)
RTE - RN ANEEL 1.858/2015	-	(165.931)	(165.931)	(165.931)	-	-	(118.705)	(118.705)
Neutralidade	78.550	-	78.550	78.550	-	65.349	-	65.349
Diferencial Eletro nuclear	-	-	-	-	-	382	-	382
Sobrecontratação	16.223	(17.265)	(1.042)	(1.042)	-	20.906	-	20.906
Outros componentes financeiros	11.734	(937)	10.797	10.797	-	3.358	(287)	3.071
Total dos outros componentes financeiros da tarifa	106.507	(186.748)	(80.241)	(80.241)	-	89.995	(121.607)	(31.612)
Total do circulante	419.243	(255.059)	164.184	164.184	-	466.391	(205.671)	260.720
NÃO CIRCULANTE								
Itens da Parcela A:								
Transporte de energia pela rede básica	-	(1.376)	(1.376)	-	(1.376)	804	-	804
Compra de energia elétrica	-	(78.515)	(78.515)	-	(78.515)	52.755	-	52.755
Encargos do serviço do sistema - ESS	10.847	-	10.847	-	10.847	-	(10.290)	(10.290)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.866	(13.867)	(4.001)	-	(4.001)	38.492	-	38.492
Transporte de energia - Itaipu	388	-	388	-	388	743	-	743
Total	21.101	(93.758)	(72.657)	-	(72.657)	92.794	(10.290)	82.504
Outros componentes financeiros da tarifa								
Fator Xe	-	(2.615)	(2.615)	-	(2.615)	-	(3.269)	(3.269)
RTE - RN ANEEL 1.858/2015	-	-	-	-	-	-	(39.568)	(39.568)
Neutralidade	-	-	-	-	-	21.643	-	21.643
Sobrecontratação	-	(25.796)	(25.796)	-	(25.796)	6.835	-	6.835
Outros componentes financeiros	-	-	-	-	-	929	-	929
Total	-	(28.411)	(28.411)	-	(28.411)	29.407	(42.837)	(13.430)
Total do não circulante	21.101	(122.169)	(101.068)	-	(101.068)	122.201	(53.127)	69.074
TOTAL	440.344	(377.228)	63.116	164.184	(101.068)	588.592	(258.798)	329.794

A movimentação do ativo financeiro setorial líquido para o trimestre findo em 31 de março de 2016 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	329.794
Diferimentos	(159.605)
Atualização monetária	11.599
Amortização	(37.013)
Recebimentos - Bandeiras tarifárias	(79.961)
Transferências	(1.698)
Saldo em 31 de março de 2016	63.116

Ativo circulante, líquido	164.184
Passivo não circulante, líquido	(101.068)
	63.116

Notas Explicativas

33. Assuntos regulatórios

33.1 Energia no curto prazo – CCEE

Comercialização de curto prazo

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta de consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5) e o da conta de fornecedores (nota explicativa nº 13) incluem a contabilização dos valores referentes à comercialização de energia no curto prazo compostos da seguinte forma:

	31.03.2016	31.12.2015
CCEE a receber		
Venda no curto prazo conforme pré-fatura	-	28.240
Venda no curto prazo conforme pré-fatura - Inadimplência	3.019	3.019
Estimativa referente a venda no curto prazo	2.787	57.974
ESS conforme pré-fatura	-	-
Total - nota explicativa nº 5	5.806	89.233
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.019)	(3.019)
Total PCLD - nota explicativa nº 9	(3.019)	(3.019)
Total a receber	2.787	86.214
CCEE a pagar		
ESS do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002	(15.014)	(15.014)
ESS conforme pré-fatura	-	(9.232)
Estimativa referente ao ESS	(43.328)	(30.969)
Subtotal ESS- nota explicativa nº 13	(58.342)	(55.215)
Comercialização do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 (*)	(41.725)	(41.725)
Correção monetária de setembro de 2000 a dezembro de 2002 (*)	(79.131)	(75.222)
Estimativa referente a comercialização	(5.255)	-
Subtotal compra energia curto prazo - nota explicativa nº 13	(126.111)	(116.947)
Risco hidrológico conforme pré-fatura	-	(12.002)
Estimativa risco hidrológico	(1.992)	(29.888)
Subtotal risco hidrológico - nota explicativa nº 13	(1.992)	(41.890)
Total a pagar	(186.445)	(214.052)

(*) Os montantes relativos à comercialização realizada no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002, correspondentes às transações de compra e venda de energia, realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, sendo ajustados, nos exercícios de 2002 e 2003, com base em informações e cálculos preparados e divulgados pela CCEE, podem estar sujeitos a modificações dependendo da decisão dos processos judiciais em andamento, conforme descrito a seguir.

Exposição decorrente de preços entre submercados

Em 2001, a Companhia decidiu por não utilizar o mecanismo de alívio de exposição em relação à energia de Itaipu. Em virtude da diferença de preços entre os Submercados Sul e Sudeste, a Companhia teve registrada em seu favor uma exposição positiva. Em 16 de maio de 2002, a ANEEL, sob o pretexto de interpretar corretamente as regras do extinto “Mercado

Notas Explicativas

Atacadista de Energia” (MAE) considerou ilegal a opção da Companhia, mediante a publicação do Despacho nº 288, sob a alegação de que a adesão ao mecanismo de alívio de exposição seria mandatória. Além disso, o Despacho nº 288 da ANEEL eliminou o direito que a Companhia tinha a receber os valores que haviam sido registrados em seu favor, em decorrência da diferença de preços nos Submercados Sul e Sudeste, fazendo com que a Companhia de credora líquida passasse a devedora do mercado.

A Companhia, todavia, não concordando com tal decisão da ANEEL está utilizando todos os meios legais disponíveis para contestar esse Despacho. Assim, em 23 de agosto de 2002, a Companhia ajuizou ação em face da ANEEL, visando à anulação do Despacho nº 288 e buscando os créditos resultantes da exposição positiva. Em 30 de agosto de 2002, o juízo da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em antecipação de tutela proferida na ação nº 2002.34.00.026509-0, determinou que a ANEEL se abstinhasse de impor à Companhia o teor do Despacho nº 288, mormente no tocante ao refazimento de suas demonstrações contábeis, bem como que a ANEEL diligenciasse junto ao MAE no sentido de comunicar que fosse contabilizado em favor da mesma o resultado da exposição positiva verificada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001.

Em 13 de novembro de 2002, a ANEEL interpôs Agravo de Instrumento, solicitando a revogação dos efeitos da liminar concedida à Companhia, tendo sido deferido liminarmente o efeito suspensivo da decisão até o julgamento final do recurso. No entanto, em 20 de julho de 2005, a Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou improcedente o Agravo de Instrumento nº 2002.01.00.040870-5 interposto pela ANEEL, restabelecendo, com isso, integralmente, os efeitos da antecipação de tutela deferida no processo nº 2002.34.00.026509-0, determinando a realização de recontabilização e liquidação que desconsiderassem os efeitos do Despacho nº 288. Em abril de 2006, a ANEEL interpôs Recurso Especial contra a decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento, o qual foi recebido sem efeito suspensivo. Em junho de 2008, o Superior Tribunal de Justiça não conheceu desse Recurso Especial (RESP) interposto pela ANEEL. Todavia, a ANEEL não cumpriu de pronto a medida liminar, sendo necessária uma série de medidas judiciais para que a Agência efetivasse a liquidação dos valores.

Após diversas intimações para cumprimento da decisão liminar, a ANEEL determinou que a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (sucessora do MAE) realizasse a recontabilização e liquidação. Em outubro de 2008, a CCEE divulgou que a Companhia tinha uma diferença a receber de aproximadamente R\$ 418.000, referente ao período de 2001, abrangido pela liminar. Em novembro de 2008, a CCEE implementou o plano de liquidação. Diversas empresas atingidas pela nova liquidação ingressaram com várias medidas judiciais, tais como, mandados de segurança e suspensões de liminares, e obtiveram êxito. Em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor aproximado de R\$ 27.783 de empresas que não obtiveram liminares. Em função da revogação da liminar, conforme descrito abaixo, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante, que atualizado para o exercício findo de 31 de março de 2016 corresponde a aproximadamente R\$ 42.949 (R\$ 41.712 em 31 de dezembro de 2015, vide nota explicativa nº 20).

Notas Explicativas

Porém, em 12 de novembro de 2008, a liminar obtida foi revogada pelo Juiz de primeiro grau na parte em que impunha à ANEEL a obrigação de contabilizar em favor da Companhia o resultado da exposição positiva verificada no balanço financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2001. Além disso, o juiz de primeiro grau determinou a inclusão no processo das empresas que podem ser afetadas pela decisão de ilegalidade do Despacho nº 288. A Companhia recorreu por meio da interposição de um agravo de instrumento, tendo sido concedida nova decisão liminar, em 02 de dezembro de 2008, para reativar em parte a liminar anterior, impedindo que a Companhia seja alvo de cobranças dos valores que haviam contra ela sido apurados na liquidação em que o Despacho nº 288/02 foi empregado. Nessa mesma decisão liminar no Agravo de Instrumento, a Desembargadora (Magistrada de Segundo Grau) suspendeu o processo até o julgamento do agravo e dos mandados de segurança impetrados pelas empresas afetadas pela liquidação efetuada pela CCEE.

O Agravo de Instrumento teve seu mérito julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região por decisão publicada em 30 de julho de 2010, que manteve a impossibilidade de que: (i) fossem contabilizados e liquidados valores desconsiderando os efeitos do Despacho nº 288, e (ii) a Companhia fosse cobrada por qualquer valor relativo ao Despacho nº 288.

As decisões referentes aos Mandados de Segurança foram publicadas em 19 de outubro de 2009 e concederam a segurança tão só para que os efeitos da tutela antecipada não recaiam sobre os terceiros que não integraram o processo nº 2002.34.00.026509-0, em que se discute a ilegalidade do Despacho nº 288. A Companhia opôs embargos de declaração a essa decisão, que foi julgado em decisão publicada em 26 de fevereiro de 2010, que desacolheu o recurso. Ato contínuo houve a interposição de Recursos Ordinários por algumas das impetrantes dos mandados de segurança, bem como a interposição, pela Companhia, de 08 Recursos Especiais contra as decisões que julgaram os mandados de segurança; desses 08 Recursos Especiais, 07 já foram decididos pelo STJ, que julgou improcedentes os pedidos da Companhia, não cabendo mais recurso.

Todas as empresas que deveriam efetuar pagamentos em decorrência da nova contabilização determinada pela CCEE em cumprimento à liminar foram citadas e apresentaram suas contestações nos autos da ação movida pela Companhia visando anular o Despacho nº 288. A Companhia apresentou réplica a essas contestações em 09 de dezembro de 2009. As partes requeridas postularam provas documental e pericial. Em 06 de dezembro de 2011, foi indeferida a prova pericial e deferida a prova documental suplementar. Após a apresentação dos documentos suplementares, o processo foi concluso para sentença.

Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 2002.34.00.026509-0, que julgou improcedentes os pedidos da Companhia. De acordo com a sentença, a adesão ao mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória – e não facultativa, conforme defendido pela Companhia – e o Despacho nº 288 é legal, razão pela qual a Companhia deve ser considerada devedora do mercado.

Em 11 de julho de 2012, a Companhia (i) interpôs recurso de apelação contra a sentença que julgara improcedentes os seus pedidos na ação 2002.34.00.026509-0 com a finalidade de reverter tal decisão e (ii) ajuizou a Medida Cautelar n. 0043277-81.2012.4.01.0000/DF perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região com a finalidade de obter antecipação de

Notas Explicativas

tutela recursal e, assim, impedir que a Companhia possa ser objeto de cobranças de agentes do setor, em decorrência das operações do MAE discutidas na ação, que visa a anular o Despacho nº 288 até o julgamento do seu recurso de apelação.

Em 12 de julho de 2012, houve o deferimento por parte de uma desembargadora federal do pedido postulado pela Companhia na Medida Cautelar para impedir que a Companhia seja considerada inadimplente para com suas obrigações setoriais referentes ao período afetado pelo Despacho nº 288, e impedir, igualmente, que a Companhia seja considerada devedora – e venha a sofrer cobranças de qualquer espécie - de quaisquer agentes do setor em decorrência de operações afetadas pelo Despacho nº 288 até o julgamento da apelação interposta. Tal decisão permanece vigente até a presente data.

Em 27 de março de 2014, por maioria de votos (2x1), foi provido recurso da Companhia, sendo declarada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região a ilegalidade do Despacho ANEEL 288/2002. As partes requeridas no processo apresentaram recursos contra esta decisão. Os recursos aguardam julgamento.

A Companhia mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho nº 288, registrou em 31 de dezembro de 2002, por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito no montante de R\$ 437.800, conforme:

	R\$
Saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2001	
Receita registrada no exercício de 2002	437.800
(-) Provisão para perda com créditos referente a exposição decorrente de preços entre submercados registrada durante o exercício	<u>(437.800)</u>
Saldo líquido na conta de consumidores e revendedores	<u>-</u>

A AES Tietê Energia, sociedade sob controle comum à Companhia, também é parte envolvida na discussão acerca do Despacho nº 288. Em caso de uma decisão judicial favorável à Companhia, seriam contabilizados valores a receber, os quais teriam sua liquidação realizada via CCEE e não diretamente entre as duas companhias.

33.2 Conta de compensação de variação de custos da parcela “A” – CVA

A Lei nº 10.438/2002, em conjunto com diversas Portarias Interministeriais, sendo a última a de nº 361, datada de 26 de novembro de 2004, criou mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridas pelas distribuidoras de energia a partir de 26 de outubro de 2001. Esses custos são representados, principalmente por: (1) tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional; (2) tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; (3) quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC; (4) quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE; (5) tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; (6) compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; (7) encargos de serviços de

Notas Explicativas

sistema – ESS; (8) quotas de energia e custeio do Programa de Incentivo Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa; e (9) custos de aquisição de energia elétrica.

Cabe destacar também que os seguintes itens de custo da Parcela A têm a data de alteração de seus valores concatenada com a data de revisão ou reajuste tarifário da distribuidora: (1) energia comprada estabelecida nos contratos iniciais; (2) energia comprada de CCEAR de origem hídrica (3) quota de reserva global de reversão – RGR; (4) taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica; (5) encargos de conexão, inclusive aqueles decorrentes da entrada em operação de novos ativos de conexão; e (6) quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC.

Período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 - Variação de itens da parcela “A”

A Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, estendeu o tratamento dado às variações dos custos não gerenciáveis a partir de 25 de outubro de 2001, também para o período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Esses custos seriam recuperados através de aumento tarifário extraordinário, condicionado à adesão ao Acordo do Setor Elétrico proposto pelo Governo Federal e desistência de todos os pleitos e do direito de reclamar valores relativos à recuperação de custos não gerenciáveis ocorridos até a data de 31 de dezembro de 2000, tanto em nível administrativo quanto em nível judicial.

A Companhia ajuizou diversas ações judiciais na Justiça Federal de Brasília, relativas aos custos de Parcela “A” não repassados às tarifas ao longo do período da concessão, nas quais foi realizada perícia técnica que reconheceu o prejuízo a ser repassado às tarifas. Em 2006 foram realizados laudos periciais em todas as ações, tendo a Companhia apresentado manifestação de ampla concordância com o perito, oportunidade em que também impugnou o laudo do assistente técnico da ANEEL.

A Companhia e a ANEEL apresentaram alegações finais entre junho e julho de 2007. Todos os processos estavam conclusos para sentença em agosto de 2007.

Em 09 e 10 de agosto de 2010, seis desses processos foram sentenciados. Quatro dos seis processos foram julgados procedentes, determinando-se que o aumento dos custos da Parcela A causou impacto nas tarifas e que estes custos deverão ser repassados às revisões tarifárias. Uma das seis ações foi julgada parcialmente procedente para condenar a ANEEL a indenizar a Companhia na importância de R\$ 189 por serviços realizados no período de dezembro de 1999 a julho de 2000 sem a contrapartida tarifária, conforme apurado no laudo pericial, acrescido de correção monetária a partir de cada mês da prestação de serviços e de juros de 1% ao mês a partir da citação. A última ação sentenciada (2002.34.00.032146-9) entendeu existir litispendência parcial com a ação 2002.34.00.032143-8 em relação ao período de 1º de janeiro a 31 de março de 2001, e julgou improcedente o pedido.

Em 16 de agosto de 2010, a Companhia opôs embargos de declaração contra as quatro sentenças de procedência e contra a sentença de parcial procedência e em 24 de agosto de 2010, interpôs recurso de apelação à sentença de improcedência. Os embargos de declaração

Notas Explicativas

foram desacolhidos, tendo a Companhia interposto recurso de apelação nessas cinco ações em novembro de 2010.

As duas ações restantes foram sentenciadas em novembro de 2010, com o acolhimento do pleito revisional da Companhia. No mesmo mês foram opostos embargos de declaração pela Companhia, que restaram desacolhidos. Assim, em fevereiro de 2011 a Companhia interpôs recurso de apelação em ambos os feitos.

Todos os recursos já se encontram conclusos com a Desembargadora Relatora e possuem por escopo principal o acolhimento do pedido indenizatório da Companhia, em detrimento do pleito revisional de tarifas.

34. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em de 31 de março de 2016, a Companhia possuía três tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do Proinfa; e (iii) compras através de Leilão (nota explicativa nº 23).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 23).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Acompanhamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos, divididos em recursos próprios e investimentos financiados pelo cliente.

2 - Exposição ao Mercado de Curto Prazo

A Companhia informa o percentual médio mensal do nível de contratação esperado para os anos de 2014 e 2015 (até julho de 2015) que resulta na relação entre energia requerida pela Companhia e energia contratada anual. Quando a energia requerida for superior à energia contratada, a Companhia fica exposta ao Mercado de Curto Prazo.

3 - Principais *drivers* do Fluxo de Caixa da Companhia de julho de 2014 até junho de 2015

A Companhia informa os principais elementos que impactaram seu fluxo de caixa para o período de julho de 2014 até junho de 2015.

b.) Período projetado e o prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

2 - Exposição ao Mercado de Curto Prazo

Projeções de percentual médio mensal do nível de contratação para o ano de 2014 e 2015 (até junho de 2015), com validade até sua concretização ou substituição por novas projeções.

3 - Principais *drivers* do Fluxo de Caixa da Companhia de julho de 2014 até junho de 2015

A Companhia informa os principais elementos que impactaram seu fluxo de caixa para o período de julho de 2014 até junho de 2015, com validade até sua concretização ou substituição por novas projeções.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Indicadores de crescimento (PIB, inflação, densidade demográfica);
- Diagnósticos de rede;
- Demanda dos consumidores;
- Cronograma das manutenções;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Todas as premissas podem ser influenciadas pela administração, exceto os indicadores de crescimento, demanda dos consumidores e as obrigações regulatórias que fogem ao seu controle

2 - Exposição ao Mercado de Curto Prazo

As projeções de nível de contração de energia da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Projeções de crescimento de mercado;
- Perdas técnicas, comerciais e da rede básica;
- Contratos de compra e venda de energia assinados pela Companhia e vigentes para os anos de 2014 e 2015 (até junho de 2015); e,
- Contratação de energia no leilão de energia A-1 de 2014.

3 - Principais *drivers* do Fluxo de Caixa da Companhia de julho de 2014 até junho de 2015

As projeções divulgadas ao longo de 2014, consideravam:

- Recebimento na tarifa de custos da Parcela A;
- Recebimento de subsídios tarifários relativos ao ano de 2014; e,
- Benefício de implementação das bandeiras tarifárias no primeiro semestre de 2015.

Todas projeções divulgadas pela Companhia refletem somente a percepção da administração da Companhia sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes; e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da Companhia. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos divirjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 – Investimentos

Os valores projetados para período de cinco anos (2016-2020) encontram-se nas tabelas a seguir:

Investimentos estimados – R\$ MM	2016	2017	2018	2019	2020	Ciclo: 2016-2020
Recursos próprios	245,0	314,8	330,0	353,6	384,0	1.627,3
Financiado pelo cliente	3,4	5,2	5,3	5,6	5,8	25,2
Total	248,4	319,9	335,3	359,2	389,8	1.652,6

Nota: valores nominais

2 - Exposição ao Mercado de Curto Prazo

Projeção Nível de Contratação de Energia

Realizado						Projeção					
Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
69%	72%	88%	89%	103%	103%	104%	103%	107%	103%	98%	96%

Projeção					
Jan/15	Fev/15	Mar/15	Abr/15	Mai/15	Jun/15
93%	95%	102%	99%	105%	103%

3 - Principais *drivers* do Fluxo de Caixa da Companhia de julho de 2014 até junho de 2015

- Venda de energia no mercado spot de R\$ 103 milhões, com PLD médio de R\$ 455/MWh e nível de contratação de 101%;
- Recebimento na tarifa de custos da Parcela A referentes a períodos anteriores de R\$ 84 milhões;
- Recebimento de subsídios tarifários referentes aos meses de Janeiro a Setembro de 2014; e,
- Benefício de implementação das bandeiras tarifárias de R\$ 87 milhões no primeiro semestre de 2015.

e.) Acompanhamento e atualização dos valores dos indicadores que são objeto da previsão:

e.1) Atualização 1T15

1 - Investimentos

Os valores projetados para o ciclo de 2015-2019, conforme apresentado na tabela abaixo, não sofreram alteração desde a última divulgação do 4T14.

Investimentos estimados – R\$ MM	2015	2016	2017	2018	2019	Ciclo: 2015-2019
Recursos próprios	198,1	210,0	220,0	231,0	235,9	1.095,0
Financiado pelo cliente	3,8	3,4	5,1	5,4	5,7	23,4
Total	201,9	213,4	225,1	236,4	241,6	1.118,4

Nota: valores nominais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

2 - Exposição ao Mercado de Curto Prazo

Projeção Nível de Contratação de Energia

Considerando variação da carga de energia da distribuidora em 2015, bem como portfólio de contratos vigente e projetado para o primeiro semestre 2015, a Companhia atualizou sua estimativa de nível de contratação, conforme ilustrado na tabela a seguir:

Realizado											
Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
69%	72%	88%	89%	103%	103%	102%	107%	106%	102%	99%	92%

Realizado			Projetado		
Jan/15	Fev/15	Mar/15	Abr/15	Mai/15	Jun/15
82%	80%	87%	100%	100%	100%

3 - Principais *drivers* do Fluxo de Caixa da Companhia de julho de 2014 até junho de 2015

Em função da PLD médio auferido no ano de 2014 e o projetado, bem como atualização do nível de contratação médio e projeção de crescimento de mercado e perdas totais, a Companhia atualiza as projeções dos principais *drivers* do seu Fluxo de Caixa, conforme seguem:

- Venda de energia no mercado spot de R\$ 95 milhões, com PLD médio de R\$ 533/MWh e nível de contratação de 96%;
- Recebimento na tarifa de custos da Parcela A referentes a períodos anteriores de R\$ 114 milhões;
- Compensação dos subsídios tarifários atrasados referentes à 2014 e;
- Benefício de implementação das bandeiras tarifárias de R\$ 119 milhões no primeiro semestre de 2015.

e.2) Atualização 2T15

1 - Investimentos

Os valores projetados para o ciclo de 2015-2019, conforme apresentado no item e.1, não sofreram alteração.

2 - Exposição ao Mercado de Curto Prazo

Projeção Nível de Contratação de Energia

Considerando variação da carga de energia da distribuidora no primeiro semestre de 2015, bem como portfólio de contratos vigente para o mesmo período, o nível de contratação registrado durante o primeiro semestre de 2015 está ilustrado na tabela a seguir:

Realizado											
Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14	Mai/14	Jun/14	Jul/14	Ago/14	Set/14	Out/14	Nov/14	Dez/14
69%	72%	88%	89%	103%	103%	102%	107%	106%	102%	99%	92%

Realizado					
Jan/15	Fev/15	Mar/15	Abr/15	Mai/15	Jun/15
82%	80%	87%	104%	106%	105%

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

As variações entre as projeções do nível de contratação previsto pela Companhia no período de julho de 2014 até junho de 2015 estão principalmente associadas a variação na carga das distribuidoras no mesmo período, reflexo da variação de temperatura, chuvas e performance da economia.

3 - Principais drivers do Fluxo de Caixa da Companhia de julho de 2014 até junho de 2015

Em função da PLD médio auferido entre julho de 2014 e junho de 2015, bem como atualização do nível de contratação média, projeção de crescimento de mercado e perdas totais, as projeções dos principais drivers do seu Fluxo de Caixa no período totalizaram:

Drivers Fluxo de Caixa (julho 2014 – junho 2015)	Projeção Inicial (item d)	Concretização projeção
Venda de energia no mercado spot	Venda de energia no mercado spot de R\$ 103 milhões, com PLD médio de R\$ 455/MWh e nível de contratação de 101%	Totalizou R\$ 127 milhões, com PLD médio de R\$ 532/MWh e nível de contratação de 97% no período
Recebimento na tarifa de custos da Parcela A referentes a períodos anteriores	Recebimento na tarifa de custos da Parcela A referentes a períodos anteriores de R\$ 84 milhões	Recebimento na tarifa de custos da Parcela A referentes a períodos anteriores de R\$ 99 milhões
Compensação dos subsídios tarifários	Considerava recebimento dos subsídios tarifários atrasados referentes à 2014	Considerado recebimentos dos subsídios atrasados referentes à 2014
Aplicação das Bandeiras Tarifárias no 1º semestre de 2015	Recebimento de R\$ 87 milhões de recursos advindo das bandeiras tarifárias	Recebimento de R\$ 211 milhões de recursos advindo das bandeiras tarifárias

3.1 - Outras variações do Fluxo de Caixa da Companhia:

- (i) Retração de mercado em função do aumento acentuado das tarifas de energia, redução nas temperaturas médias e cenário de instabilidade econômica;
- (ii) Aumento no custo médio de energia comprada devido ao aumento da participação da geração térmica na matriz de compra e do custo da energia de Itaipú (aumento de aproximadamente 40% na tarifa em dólares, além da desvalorização do Real);
- (iii) Aumento na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), resultante das novas quotas homologadas pela ANEEL para o ano de 2015;
- (iv) Aumento nas despesas operacionais em função da internalização de equipes de manutenção de rede, contingências, PCLD;
- (v) Aumento de investimentos na manutenção e expansão da rede de distribuição;
- (vi) Aumento no pagamento de juros.

Encerramento das Projeções “2 - Exposição ao Mercado de Curto Prazo” e “3 - Principais drivers do Fluxo de Caixa da Companhia de julho de 2014 até junho de 2015”, em função do término do prazo de sua aplicação.

e.3) Atualização 3T15

1 - Investimentos

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Os valores projetados para o ciclo de 2015-2019 e apresentados em tabela no item “e.1”, foram revisados, tendo por objetivo a melhoria dos indicadores de qualidade da Companhia. As revisões são apresentadas nas tabelas abaixo:

Investimentos estimados para ciclo 2015-2019 (R\$ milhões)	Estimativa anunciada no 1T15	Manutenção no 2T15	Revisão no 3T15
Recursos próprios	1.095	1.095	1.211,0
Financiado pelo cliente	23,4	23,4	23,4
Total	1.118,4	1.118,4	1.234,4

Investimentos estimados – R\$ MM	2015	2016	2017	2018	2019	Ciclo: 2015-2019
Recursos próprios	198,1	248,0	298,0	231,0	235,9	1.211,0
Financiado pelo cliente	3,8	3,4	5,1	5,4	5,7	23,4
Total	201,9	251,4	303,1	236,4	241,6	1.234,4

e.4) Atualização 4T15

1 - Investimentos

A Companhia apresenta um comparativo entre os dados projetados e realizados para o ano de 2015, conforme tabela a seguir:

Investimentos – R\$ M	Estimativa 2015	Realizado 2015	Varição
Recursos próprios	198,1	205,8	3,9%
Financiado pelo cliente	3,8	8,4	121,1%
Total	201,9	214,2	6,1%

Os investimentos realizados pela Companhia foram destinados à melhoria da confiabilidade e segurança das redes. A variação de 6,1% está principalmente associada ao incremento nos investimentos com recursos próprios, relacionados à melhorias na confiabilidade do sistema frente aos eventos climáticos adversos durante o ano de 2015, que afetaram as redes de distribuição na área de concessão da empresa. Tais melhorias, relacionadas às fortes chuvas nos últimos meses do ano, concentraram-se na substituição de postes, modernização das linhas de distribuição e subestações e aquisição e substituição de equipamentos de campo.

e.5) Atualização 1T16

1 - Investimentos

A Companhia atualizou suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente (2016-2020), considerando replanejamento de manutenções e premissas macroeconômicas para o período. Projeções atualizadas estão apresentadas no item “d”.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.

Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 26 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/F-6

Américo F. Ferreira Neto

Contador CRC-1-SP 192.685/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.016.440/0001-62, com sede na Rua Dona Laura, nº 320, 6º e 10º andar, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2016

Porto Alegre, 26 de abril de 2016

Diretores

Charles Lenzi

Diretor Presidente

Francisco Jose Morandi Lopes

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Antonio Carlos de Oliveira

Diretor Geral

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Teresa Cristina Querino Vernaglia

Diretora Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.016.440/0001-62, com sede na Rua Dona Laura, nº 320, 6º e 10º andar, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S; e reviram, discutiram e concordam com Informações Trimestrais da Companhia referentes ao primeiro trimestre do exercício social de 2016.

Porto Alegre, 26 de abril de 2016

Diretores

Charles Lenzi

Diretor Presidente

Francisco Jose Morandi Lopes

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Antonio Carlos de Oliveira

Diretor Geral

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor Vice-Presidente

Sidney Simonaggio

Diretor Vice-Presidente

Teresa Cristina Querino Vernaglia

Diretora Vice-Presidente